

## O JORNAL O GLOBO NO GOLPE DE 64

Edjane da Paixão  
Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo analisa a atuação do jornal **O Globo** no contexto da crise política brasileira entre janeiro e abril de 1964, período que culminou na deposição de João Goulart e na instauração do regime civil-militar. Fundamentado na perspectiva metodológica de José D'Assunção Barros, o estudo compreende o periódico como ator histórico inserido em um lugar de produção específico, e não como fonte neutra dos acontecimentos. A pesquisa é de natureza qualitativa, histórica e documental, tendo como corpus edições do jornal no recorte temporal delimitado, analisadas à luz da Análise Crítica do Discurso. Dialoga-se, ainda, com as interpretações de Marcos Napolitano, Lilia Moritz Schwarcz, Heloisa Murgel Starling e Carlos Fico. Conclui-se que o jornal participou ativamente da construção de sentidos que contribuíram para a legitimação da ruptura democrática.

**Palavras-chave:** Imprensa; Golpe de 1964; Ditadura Civil-Militar; História do Brasil.

### THE NEWSPAPER O GLOBO DURING THE 1964 COUP.

### ABSTRACT

This article analyzes the role of the newspaper **O Globo** in the context of the Brazilian political crisis between January and April 1964, a period that culminated in the deposition of João Goulart and the establishment of the civil-military regime. Based on the methodological perspective of José D'Assunção Barros, the study understands the newspaper as a historical actor embedded in a specific place of production, and not as a neutral source of events. The research is qualitative, historical, and documentary in nature, using editions of the newspaper within the delimited time frame as its corpus, analyzed using Critical Discourse Analysis. It also engages with the interpretations of Marcos Napolitano, Lilia Moritz Schwarcz, Heloisa Murgel Starling, and Carlos Fico. It concludes that the newspaper actively participated in the construction of meanings that contributed to the legitimization of the democratic rupture.

**Keywords:** Press; 1964 Coup; Civil-Military Dictatorship; History of Brazil.

---

<sup>1</sup>Edjane da Paixão Santos — Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe, sob orientação do Prof. Dr. Edna Maria Matos Antônio.

## 1 INTRODUÇÃO

Entre os dias 31 de março e 1<sup>a</sup> de abril de 1964 ocorreu um golpe militar no Brasil. Ao longo desta madrugada foi deposto o presidente João Goulart dando fim a um governo vigente na época e implementando um governo que duraria até o ano de 1985. Nesse dia, portanto, começaria o processo que faria nossa democracia ser substituída por uma ditadura civil militar.

O referencial teórico e metodológico deste estudo foi estruturado com o objetivo de fornecer bases analíticas para compreender o golpe civil-militar de 1964 como um processo histórico complexo, resultante de disputas ideológicas, tensões políticas e articulações entre diferentes atores sendo interpretado à luz de fatores internos e externos que contribuíram para a ruptura democrática.

Inicialmente, considerou-se a visão das Forças Armadas sobre a tomada do poder, destacando seu papel na formulação, legitimação e manutenção do regime autoritário. O discurso militar, frequentemente associado à defesa da ordem, da legalidade e da segurança nacional, foi mobilizado para justificar a deposição de João Goulart e sustentar a nova configuração política do país.

Em seguida, dialogou-se com as reflexões de Carlos Fico, que situam o golpe no contexto da Guerra Fria, evidenciando a convergência entre pressões internacionais — especialmente dos Estados Unidos — e as crises políticas, econômicas e sociais vivenciadas pelo Brasil no início da década de 1960. Essa abordagem permitiu compreender como o anticomunismo e o temor da desordem social foram elementos centrais na construção de legitimidades para a intervenção militar.

A análise também se apoiou na obra *Brasil: uma biografia*, de Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling, cuja interpretação entende o golpe como parte de um processo histórico mais amplo, marcado pela reorganização do Estado, pela restrição de direitos e pela consolidação de um projeto autoritário com impactos duradouros na sociedade brasileira.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de natureza histórica e documental, tendo como objetivo analisar a atuação do jornal **O Globo** na construção de narrativas que contribuíram para a legitimação do golpe. O corpus foi composto por edições do periódico publicadas entre fevereiro e abril de 1964, selecionadas em razão de sua proximidade com os acontecimentos que antecederam e sucederam a deposição presidencial.

O estudo fundamentou-se na Análise Crítica do Discurso, especialmente em sua vertente histórico-discursiva, compreendendo o jornal não como um agente neutro, mas como um ator político capaz de produzir sentidos, influenciar percepções sociais e participar da formação da opinião pública. Para isso, foram realizadas leituras sistemáticas das edições selecionadas, seguidas do fichamento das matérias, da identificação de temas recorrentes e da análise das estratégias retóricas empregadas, como a construção de cenários de ameaça, a naturalização da intervenção militar e a associação do movimento golpista à defesa da ordem.

A utilização de jornais como fonte histórica justifica-se por sua capacidade de registrar debates, valores e disputas presentes em determinado contexto, permitindo acessar não apenas os acontecimentos, mas também as interpretações produzidas no momento em que ocorreram. Embora tais documentos não sejam isentos de interesses políticos e ideológicos, sua análise crítica possibilita compreender o papel da imprensa na legitimação de projetos de poder e na construção de consensos sociais.

Assim, a articulação entre referencial teórico, escolhas metodológicas e análise documental contribuiu para uma compreensão mais ampla do golpe de 1964, evidenciando a participação da imprensa como agente ativo em processos de ruptura democrática.

### **1.1 A CRISE POLÍTICA E INSTITUCIONAL QUE ANTECEDEU O GOLPE DE 1964**

Em 1960 Jânio Quadros ganhou as eleições presidenciais. Nesta época a eleição para vice acontecia de forma distinta (as chapas eram independentes), ou seja, o vice era eleito em outra chapa e podia ser de outro partido, e foi o que

aconteceu. Jânio Quadros, eleito para presidente, filiado ao partido UDN e seu vice João Goulart do PTB. Mas o governo durou poucos meses, especula-se que sua renúncia tenha sido para causar comoção popular, que não teria dado certo.

Dia 25 de agosto de 1961, Jânio renuncia ao cargo de presidente cedendo-o a seu vice Jango. Este por sua vez se encontrava em uma viagem diplomática na China, sendo assim, o presidente da câmara dos deputados Ranieri Mazzilli assume o governo, com isso instala-se uma crise institucional em razão de uma grande resistência por parte dos militares com relação a Jango. A crise se resolve com a aprovação pelo congresso, de uma emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo no Brasil. No dia 2 de setembro de 1961 tornou-se primeiro-ministro, Tancredo Neves.

No dia 6 de janeiro de 1964 aconteceu um plebiscito popular acerca de um modelo de governo que deve ser usado no país. O presidencialismo supera o parlamentarismo e Jango finalmente assume o poder.

Jango era um político gaúcho que entrou para a política através de um amigo, Getúlio Vargas. Jango foi deputado federal, ministro do trabalho, indústria e comércio (no 2º governo de Vargas).

Como não possuía maioria no parlamento, o governo buscou ampliar sua base de apoio por meio da aproximação com as classes populares e os movimentos sindicais. Paralelamente, tentou dialogar com determinados setores da direita, oferecendo cargos como forma de cooptação política. Contudo, essas iniciativas não produziram os resultados esperados, uma vez que o cenário de polarização já estava significativamente agravado.

Em 1964, o Brasil atravessava uma profunda crise política, econômica e social que resultou no golpe civil-militar de 31 de março daquele ano, responsável pela deposição do então presidente João Goulart. Esse episódio marcou o início de um regime autoritário que se estendeu até 1985, conhecido como Ditadura Militar.

O governo de João Goulart (1961–1964) defendia a implementação das chamadas Reformas de Base, que incluíam propostas de reforma agrária, urbana, educacional e fiscal. Essas medidas tinham como objetivo reduzir as desigualdades sociais e promover maior justiça social no país. No entanto, tais propostas encontraram forte resistência por parte do empresariado, dos grandes proprietários rurais, de setores conservadores da sociedade, de parcelas da classe média e do

governo dos Estados Unidos, que temiam uma possível aproximação do Brasil com o socialismo em um contexto marcado pela Guerra Fria.

Paralelamente, intensificaram-se as mobilizações de movimentos sindicais e populares, que realizaram greves e manifestações em apoio às reformas defendidas pelo governo. Esse cenário contribuiu para o aumento da polarização política e do clima de instabilidade institucional no país.

A situação econômica brasileira agravava-se com elevados índices de inflação e baixo crescimento econômico, ampliando o descontentamento social. Setores oposicionistas passaram a acusar o presidente João Goulart de estimular a subversão da ordem e de permitir a expansão da influência comunista no país. Nesse contexto, parte significativa das Forças Armadas começou a articular ações conspiratórias contra o governo.

Alguns eventos tornaram-se simbólicos desse período, como o Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964, no qual o presidente reafirmou publicamente seu compromisso com as Reformas de Base. Em contraposição, ocorreram manifestações conservadoras, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que expressavam oposição ao governo e apoio à intervenção militar.

No dia 31 de março de 1964, setores das Forças Armadas iniciaram um movimento que resultou na deposição do presidente João Goulart. Diante da perda de apoio político e militar, o presidente deixou o país, e os militares assumiram o poder, instaurando um regime autoritário que perdurou por 21 anos.

A instauração da Ditadura Militar provocou profundas mudanças no cenário político e institucional brasileiro. Entre as principais consequências imediatas destacam-se a suspensão de direitos políticos e civis, o fechamento do Congresso Nacional em momentos posteriores, a censura aos meios de comunicação e a repressão sistemática aos opositores do regime. Prisões arbitrárias, torturas, perseguições políticas e o exílio de cidadãos tornaram-se práticas recorrentes durante os governos militares, consolidando um período marcado pela supressão das liberdades democráticas.

Atos públicos e manifestações aconteciam em todas as partes do Brasil e o debate sobre como conduzir a economia brasileira tinha se intensificado. No dia 13 de março de 1964 em um comício na praça em frente a Central do Brasil que reuniu 350 mil pessoas, o presidente João Goulart anuncia dois decretos: estatizar todas as refinarias de petróleo (e derivados) do Brasil e uma reforma agrária, que desapropria

terras vizinhas, ferrovias, rodovias e açudes. Propõe ainda ao congresso mudanças na lei para permitir a reeleição do presidente

No dia 19 de março de 1964 ocorreu a marcha da família com Deus pela liberdade, que reuniu cerca de 200 mil pessoas contra Jango em São Paulo. Em 20 de março de 1964 o presidente dos Estados Unidos (Lyndon Johnson) prepara uma força naval para intervir na crise.

Em 26 de março de 1964 um cabo do Exército chamado José Anselmo foi detido enquanto tentava organizar uma associação de classes e acabou provocando uma revolução de marinheiros contra a marinha, além de protesto público também contra o exército, situação que desagradou a cúpula militar. Com a decisão do governo federal de não punir os culpados (rebeldes). A partir disso, instaurou-se um cenário em que ocorrera o golpe que colocara fim ao regime democrático no Brasil.

No dia 30 de março de 1964 diversas forças articularam-se e no dia 31 de março do mesmo ano alguns jornais já noticiavam a tomada de poder por parte dos militares que derrubaram o presidente. Pela manhã, Jango descobre que Olímpio Mourão já havia mobilizado suas tropas. O clima que se instala é de prenúncio de uma guerra civil. As tropas governamentais partem do Rio de Janeiro para o que parece ser um conflito, porém, não acontece.

O dia 1ª de abril de 1964 tornou-se então o dia em que de fato o presidente não detém mais o controle sob o exército brasileiro, é neste dia que ocorre o golpe de estado que elimina as bases da presidência com figura institucional.

No dia 2 de abril de 1964 é formalizada a deposição de Jango, quem assume o poder é Ranieri Mazzilli, mas só ocupa o cargo por 10 dias.

No dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional elegeu Humberto de Alencar Castelo Branco para a Presidência da República, tendo como vice-presidente José Maria Alkmin, formalizando o início do governo militar no país.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico aqui apresentado busca fornecer as bases analíticas necessárias para compreender o golpe civil-militar de 1964 e seus desdobramentos no Brasil, bem como estabelecer os fundamentos metodológicos para a análise da imprensa enquanto objeto histórico. Para tanto, foram exploradas diferentes perspectivas historiográficas que permitem identificar os elementos estruturais que

possibilitaram a ruptura democrática, ao mesmo tempo em que se incorporam reflexões acerca do papel da imprensa na construção e legitimação de discursos políticos.

Nesse sentido, além das contribuições de autores como Marcos Napolitano, Carlos Fico, Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes e Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Starling, esta pesquisa dialoga com as reflexões metodológicas de Tania Regina de Luca sobre o uso dos jornais como fontes históricas. A autora sustenta que o periódico deve ser compreendido não apenas como repositório de informações, mas como produto social inserido em disputas políticas, econômicas e ideológicas específicas.

Assim, o jornal é aqui analisado como objeto histórico situado, dotado de linha editorial, interesses, estratégias discursivas e vínculos institucionais próprios. Essa abordagem permite compreender a imprensa como agente ativo no processo histórico, capaz de produzir sentidos, legitimar projetos políticos e intervir na conjuntura, especialmente em momentos de crise institucional, como o de 1964.

Dessa forma, o referencial articula a análise historiográfica do golpe com uma perspectiva crítica da imprensa, contribuindo para uma compreensão mais ampla da complexidade histórica que marcou o Brasil a partir de 1964.

## **2.1 O GOLPE DE 1964: A VISÃO MILITAR E A ESTRUTURAÇÃO DO REGIME — HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA**

A análise da obra de Marcos Napolitano, “1964: história do regime militar brasileiro”, permite uma compreensão aprofundada sobre a tomada do poder em 1964 sob a perspectiva militar. A narrativa oficial do golpe, ecoada por diversos setores da sociedade civil e por políticos como a União Democrática Nacional (UDN), justificava a ação como uma "retomada da ordem". A acusação central era a de que o governo de João Goulart, conhecido como Jango, era fraco, economicamente desorientado e ideologicamente perigoso.

A associação de Jango com o comunismo ganhava força em um contexto de intensa radicalização da Guerra Fria, particularmente após a Revolução Cubana de 1959. Para os militares e seus apoiadores civis, depor o governo de Jango significava colocar o Brasil em seu "caminho correto", alinhando-se aos interesses conservadores internos e aos do exterior, especialmente os dos Estados Unidos, que, segundo Napolitano (p. 66-67), participaram ativamente na estruturação do golpe, auxiliando os conspiradores brasileiros.

A precipitação do golpe e a eleição de Castelo Branco, marca a movimentação liderada pelo general Olímpio Mourão Filho a partir de Minas Gerais precipitou um evento que, de certa forma, já parecia iminente. A pressão sobre Jango era imensa, e ele não conseguia obter o apoio necessário para suas Reformas de Base nem solucionar os graves problemas econômicos e sociais do país. Além disso, o presidente havia perdido parte do suporte da própria esquerda, que, desiludida com a ineficiência de seu governo, chegava a pregar o fim de sua gestão e a convocação de uma nova Assembleia Constituinte, como defendido pelo deputado federal Leonel Brizola.

Com a presidência declarada vaga, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito de forma indireta. A partir desse momento, a Ditadura Militar se estenderia por 21 anos, com mais quatro presidentes militares: Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Beckmann Geisel e João Baptista de Oliveira Figueiredo. A obra de Napolitano, a partir desse ponto, estabelece um diálogo fundamental entre a história dos acontecimentos e a forma como a historiografia os interpretou.

Além disso, o "Mito da Ditabranda" e a consolidação do regime é abordada no terceiro capítulo, Napolitano aborda a controversa visão de que a ditadura só se tornou "realmente" repressiva a partir de 1968, com a instituição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Essa perspectiva, difundida por parte da imprensa e da historiografia, argumenta que o período do governo Castelo Branco foi menos autoritário, uma vez que ainda havia manifestações de oposição e certa liberdade para artistas e movimentos sociais e educacionais.

No entanto, o autor desmistifica essa ideia. Ele destaca que, mesmo com essa relativa liberdade, a repressão e a supressão de direitos já ocorriam de forma sistemática. O período de Castelo Branco foi marcado por prisões, torturas, mortes de opositores e inúmeras cassações de mandatos e direitos políticos. Napolitano

argumenta que, embora o discurso oficial do governo fosse de uma transição para a normalidade democrática, suas ações visavam, na verdade, a consolidação das bases de um regime militar autoritário e sem perspectiva de retorno ao estado de direito (p. 69-95).

Dessa maneira, o Exército brasileiro, apesar de coeso em sua decisão de permanecer no poder, não era um bloco monolítico. Havia disputas internas entre diferentes correntes. O grupo liderado por Castelo Branco, alinhado à vertente "castelista", defendia um discurso de normalização do país para um retorno, a longo prazo, aos círculos democráticos.

Já a facção conhecida como "linha-dura" pregava a manutenção da ordem e do poder pelo Exército, ignorando o sistema democrático e suas instituições. Para Napolitano, esse grupo queria aprofundar as ações repressivas já em curso, sem a retórica de transitoriedade. A ascensão de Artur da Costa e Silva, um dos principais representantes dessa linha, à presidência, foi um reflexo direto dessa disputa. Costa e Silva conquistou a indicação com um discurso de fortalecimento das bases militares, o que significava dar continuidade e intensificar o aparato repressivo já instaurado no governo anterior.

Durante o governo de João Goulart, foram defendidas as chamadas Reformas de Base, que englobavam propostas de reforma agrária, urbana, educacional e fiscal, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e promover mudanças estruturais no país. Essas propostas encontraram forte oposição de setores do empresariado, de grandes proprietários rurais, de parcelas da classe média e de grupos conservadores, além do governo dos Estados Unidos, que temiam uma aproximação do Brasil com o socialismo no contexto da Guerra Fria.

Paralelamente, observou-se intensa mobilização de movimentos sindicais e populares, expressa por meio de greves e manifestações em apoio às reformas, o que contribuiu para o aumento da polarização política. Esse cenário foi agravado por uma conjuntura econômica marcada por elevados índices de inflação e baixo crescimento econômico, ampliando o descontentamento social. Nesse contexto, setores oposicionistas passaram a acusar o presidente de incentivar a subversão da ordem e de representar uma suposta ameaça comunista.

Segundo Carlos Fico, o golpe de 1964 deve ser compreendido como um movimento civil-militar, e não exclusivamente militar. Para o autor, o processo contou com amplo apoio de setores civis, incluindo empresários, grandes proprietários rurais, parte da Igreja Católica, políticos conservadores, segmentos da imprensa e entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Além disso, houve uma articulação política e ideológica anterior à movimentação efetiva dos quartéis.

Fico destaca que, embora os militares tenham sido decisivos na execução do golpe, eles não atuaram de forma isolada. O autor rejeita a interpretação de que a deposição de João Goulart tenha sido uma resposta inevitável a um suposto “caos” político. Para ele, apesar da instabilidade, o governo funcionava dentro da legalidade institucional.

As Reformas de Base provocaram forte reação das elites econômicas e políticas, e o medo do comunismo foi, segundo Fico, politicamente construído e amplificado, mais como estratégia de mobilização do que como resposta a uma ameaça real. O autor argumenta que não havia um projeto revolucionário em curso, mas sim uma radicalização do discurso político, especialmente explorada pelo anticomunismo, instrumentalizado como elemento central da propaganda conservadora.

Nesse sentido, manifestações como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foram fundamentais para conferir legitimidade social ao golpe. Fico também ressalta que o golpe não foi resultado de um plano único e perfeitamente coordenado, mas de uma convergência gradual de ações, à medida que a resistência a João Goulart se consolidava dentro das Forças Armadas.

No que se refere à influência externa, Fico sustenta que os Estados Unidos ofereceram apoio político aos setores golpistas, mas a chamada Operação Brother Sam configurou-se como um plano de contingência, não sendo decisiva para o sucesso do golpe. Assim, o protagonismo do processo foi interno, e não imposto de fora.

Por fim, o autor observa que os golpistas buscaram manter uma aparência de legalidade institucional, evidenciada pela declaração de vacância da presidência e pela posse indireta de Castelo Branco. Isso demonstra que o objetivo não era destruir a ordem institucional, mas controlá-la. Conclui, portanto, que o golpe de 1964 foi um movimento conservador, preventivo e reacionário, sustentado por uma coalizão civil-militar, baseado no medo político, na propaganda anticomunista e na defesa dos interesses das elites, não sendo inevitável nem resposta a uma revolução iminente.

Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes interpretam o episódio de 1964 como um golpe de Estado que interrompeu a legalidade democrática, depôs o presidente João Goulart, encerrou o regime democrático da Quarta República e inaugurou a ditadura militar no Brasil. Os autores partem da premissa de que esse processo não foi inevitável, mas resultado da combinação de múltiplos fatores políticos, sociais e econômicos, havendo, em tese, outras possibilidades de desfecho que não implicariam o rompimento institucional.

Ao reconstituir o período entre 1961 e 1964, iniciado com a renúncia de Jânio Quadros, os autores destacam o agravamento das tensões políticas, evidenciado pela dificuldade do governo João Goulart em articular apoio parlamentar e popular, pelo crescimento dos conflitos entre grupos de esquerda e setores conservadores e pela radicalização de diferentes atores sociais, incluindo movimentos estudantis e alas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Todo esse processo ocorreu em um ambiente de crise e incerteza institucional.

Diferentemente de interpretações que atribuem o golpe a uma causa linear, Ferreira e Gomes enfatizam a complexidade das decisões políticas e a existência de múltiplas possibilidades históricas antes de 1964. Para os autores, a história não estava pré-determinada, sendo fatores conjunturais e escolhas dos agentes políticos decisivos para o desfecho.

Os autores não atribuem o golpe a fatores exclusivamente externos, como uma intervenção direta dos Estados Unidos, nem a uma iminente ameaça comunista. Em vez disso, destacam a interação entre o radicalismo político de setores da esquerda

e da direita, a reação de uma elite conservadora e militar que se sentiu ameaçada pelas Reformas de Base e pela instabilidade política, bem como a progressiva perda de apoio político de João Goulart entre elites econômicas, setores da imprensa e oficiais militares moderados, o que facilitou a adesão ao movimento golpista.

Embora reconheçam a existência de radicalização e tensões sociais, Ferreira e Gomes não eximem os setores conservadores de responsabilidades políticas e institucionais no desencadeamento do golpe, ressaltando que havia alternativas políticas viáveis no período que poderiam ter preservado a ordem democrática.

A análise das interpretações sobre o golpe de 1964, especialmente a partir de Marcos Napolitano e Carlos Fico, evidencia a importância de compreender o evento como resultado de articulações civis e militares, sustentadas por discursos anticomunistas e por estratégias de legitimação pública. Nesse ponto, as reflexões de Tania Regina de Luca tornam-se fundamentais para esta pesquisa, pois permitem deslocar o olhar da imprensa como mera narradora dos acontecimentos para entendê-la como participante ativa dessas articulações.

De Luca enfatiza a necessidade de realizar tanto a crítica externa quanto a crítica interna das fontes jornalísticas. A crítica externa envolve a investigação das condições de produção do periódico — seus proprietários, vínculos políticos, público-alvo e inserção no mercado editorial. Já a crítica interna exige atenção à linguagem empregada, às escolhas lexicais, aos silêncios, às hierarquizações de notícias e aos enquadramentos adotados.

Aplicada ao contexto de 1964, essa perspectiva possibilita compreender como determinados jornais construíram a narrativa da “restauração da ordem”, contribuindo para a consolidação do discurso de legalidade do movimento golpista. Assim, a imprensa não é tratada apenas como reflexo do processo político, mas como espaço de disputa simbólica e de produção de legitimidade.

## **2.2 OS FATORES INTERNOS E EXTERNOS NA GÊNESE DO GOLPE DE 1964: A PERSPECTIVA DE CARLOS FICO**

O golpe militar de 1964 não pode ser compreendido como um evento isolado, mas sim como um ponto de inflexão de um processo histórico complexo, influenciado por forças internas e externas. A análise do historiador Carlos Fico desvela as intrincadas relações entre o cenário nacional e o contexto internacional da Guerra Fria, destacando o papel determinante do governo norte-americano na articulação da derrubada do presidente João Goulart. A perspectiva de Fico demonstra que a intervenção dos Estados Unidos no Brasil seguiu um padrão predefinido para a América Latina: identificar e apoiar um líder preferencial para substituir o governante a ser deposto.

Ademais, desde 1963, o governo dos Estados Unidos, por meio da chamada Operação Brother Sam, já havia delineado uma estratégia para a deposição de Goulart. A preocupação central era evitar o avanço do que consideravam uma ameaça comunista no continente. Essa estratégia encontrou eco entre os setores golpistas brasileiros, que mantinham contato direto com Washington, com Magalhães Pinto como figura central nesse processo. A preferência norte-americana para a sucessão de Goulart recaiu sobre o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que se tornou o primeiro presidente do regime militar. O apoio financeiro e logístico a seu governo foi substancial, refletindo a estreita aliança estabelecida na fase inicial da ditadura.

Entretanto, as relações entre os dois países não foram lineares. Com a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 1965, que endureceu o regime, e as subsequentes denúncias de tortura, as ações do governo brasileiro começaram a gerar fissuras na aliança. As críticas no Congresso e na opinião pública norte-americana se intensificaram, levando o próprio Departamento de Estado a questionar o apoio dado ao regime. Essa tensão se aprofundou com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, que suspendeu direitos políticos e liberdades civis.

Assim sendo, a repressão e o movimento ondulatório da classe média, que começou de imediato após o golpe, focou-se em dismantelar os principais oponentes do regime: os militares de esquerda, os sindicalistas e os trabalhadores. A classe média, por sua vez, foi uma forte apoiadora do golpe em 1964. No entanto,

sua insatisfação cresceu a partir do final do governo Castelo Branco, em 1967, devido a uma série de medidas econômicas impopulares. O arrocho salarial e a carestia gerada pelo plano de saneamento financeiro, que seria a base do futuro "milagre econômico", tornaram Castelo Branco impopular, e a esperança de uma mudança recaiu sobre seu sucessor, Costa e Silva.

A repressão também se estendeu para a sociedade civil, atingindo estudantes e a Igreja. A censura a obras artísticas e a livros, somada à perseguição a estudantes e à prisão de religiosos, fez com que muitos que inicialmente apoiaram o golpe passassem a ser suas vítimas. Essa dinâmica social foi crucial, pois demonstrou que a classe média, que foi a principal beneficiada pela ditadura nos anos do "milagre econômico", foi também a primeira a sentir os efeitos de sua política econômica e de sua repressão.

A análise de Carlos Fico, ao contextualizar o golpe de 1964 dentro de uma rede de interesses e relações complexas, mostra que a ditadura militar foi um projeto tanto nacional quanto internacional, moldado por tensões internas e influências externas que continuaram a se manifestar ao longo de todo o período.

### **2.3 O GOLPE DE 1964: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

O período compreendido entre 2 de janeiro e 30 de abril de 1964 representou um dos momentos mais críticos e turbulentos da história brasileira, marcando o prelúdio e a consumação do golpe militar que depôs o presidente João Goulart. A obra "Brasil: Uma Biografia", de Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Miguel Starling, oferece um panorama detalhado e aprofundado desse cenário, desvendando as complexas tensões políticas, sociais e econômicas que culminaram na instauração de uma ditadura de 21 anos.

Na virada de 1963 para 1964, o Brasil vivia sob uma intensa polarização política. O governo de Goulart, conhecido como Jango, enfrentava forte oposição de setores conservadores, que temiam as propostas de reformas de base defendidas pela esquerda. A crise econômica, caracterizada por uma inflação galopante e instabilidade, apenas aprofundava o fosso entre as diferentes alas políticas. Schwarcz e Starling mostram como a Guerra Fria funcionou como um catalisador nesse processo, com os Estados Unidos apoiando ativamente as forças contrárias a Jango, temendo uma guinada do país ao comunismo.

A partir de janeiro de 1964, as conspirações ganharam força. A direita, apoiada por setores das Forças Armadas e da elite empresarial, articulou a derrubada do governo legalmente eleito. O golpe se concretizou em 31 de março de 1964, com o apoio de uma mobilização de rua conservadora, conhecida como "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que serviu como justificativa para a ação militar.

A primeira medida dos golpistas foi o Ato Institucional nº 1 (AI-1), decretado em 9 de abril. Esse ato não apenas oficializou a tomada de poder, mas também foi o alicerce jurídico para a repressão. Ele suspendeu as garantias constitucionais, cassou mandatos políticos e deu início a uma perseguição sistemática aos opositores do novo regime.

Assim, o período de janeiro a abril de 1964, portanto, não foi apenas o momento do golpe, mas a janela de tempo em que a democracia brasileira foi desmantelada. A partir de 1º de abril, o país mergulhou em um regime autoritário, que priorizou o controle político e a censura em detrimento das liberdades individuais. A repressão a sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos de esquerda foi imediata e violenta, sinalizando o início de uma longa noite que só terminaria em 1985. A análise de Schwarcz e Starling ressalta que esse período de transição foi crucial para entender a natureza do regime que se consolidava, um governo que, sob o pretexto de combater o comunismo, suprimiu a democracia e os direitos humanos.

A tomada do poder em 1964 foi resultado de um processo político-institucional marcado por instabilidade, polarização e crescente intervenção militar na vida pública brasileira. Esse processo teve suas raízes na crise aberta ainda no início da década de 1960, quando Jânio Quadros venceu as eleições presidenciais de 1960, enquanto a vice-presidência foi ocupada por João Goulart, eleito em chapa distinta, conforme as regras eleitorais vigentes à época. A renúncia inesperada de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, desencadeou uma grave crise institucional, uma vez que setores expressivos das Forças Armadas se opuseram à posse do vice-presidente, acusado de vínculos com o trabalhismo e com movimentos de esquerda.

Diante da ausência de Goulart, que se encontrava em missão diplomática na China, a presidência foi assumida interinamente por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara

dos Deputados. A resistência militar à posse constitucional de João Goulart levou à adoção de uma solução de compromisso: a aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo no Brasil. Esse arranjo limitou os poderes do presidente e permitiu sua posse formal, sendo Tancredo Neves nomeado primeiro-ministro, o que momentaneamente estabilizou o sistema político.

Entretanto, o modelo parlamentarista mostrou-se frágil e pouco funcional no contexto brasileiro. Em janeiro de 1963, um plebiscito nacional restabeleceu o presidencialismo, devolvendo plenos poderes a João Goulart. A partir desse momento, seu governo passou a enfrentar desafios ainda mais intensos. Sem maioria no Congresso Nacional, Goulart buscou ampliar sua base política por meio da aproximação com as classes populares e com os movimentos sindicais, ao mesmo tempo em que tentou estabelecer pontes com setores moderados da direita, inclusive por meio da distribuição de cargos. Tais iniciativas, contudo, não foram suficientes para conter o avanço da polarização política, que se aprofundava em meio a um cenário econômico adverso, marcado por inflação elevada, baixo crescimento e crescente insatisfação social.

Nesse contexto, o governo passou a defender de forma mais explícita as chamadas Reformas de Base, que incluíam propostas de reforma agrária, urbana, educacional, fiscal e administrativa. Essas medidas foram interpretadas por setores conservadores — como o empresariado, grandes proprietários rurais, parte da classe média e segmentos da Igreja — como ameaças à ordem social e à propriedade privada. No plano internacional, o governo dos Estados Unidos, sob a presidência de **Lyndon B. Johnson**, acompanhava com preocupação os rumos da política brasileira, temendo uma aproximação do país com o bloco socialista em pleno contexto da Guerra Fria.

Ao longo de 1964, a mobilização política intensificou-se. Movimentos sindicais e populares ampliaram greves e manifestações em apoio às reformas, enquanto setores conservadores organizaram atos de oposição ao governo. O Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964, simbolizou esse momento de radicalização, quando João Goulart anunciou decretos relacionados à reforma agrária e à estatização de refinarias de petróleo, além de defender mudanças

institucionais, como a possibilidade de reeleição presidencial. Em reação, poucos dias depois, ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu milhares de manifestantes contrários ao governo e favoráveis à intervenção militar.

Paralelamente, a crise se agravou no interior das Forças Armadas. Episódios como a rebelião de marinheiros em março de 1964, liderada por José Anselmo dos Santos, e a decisão do governo de não punir severamente os envolvidos foram interpretados pela alta cúpula militar como sinais de indisciplina e ruptura da hierarquia. Esses acontecimentos aceleraram a articulação conspiratória entre oficiais, governadores e setores civis opositoristas, criando as condições para a ação militar direta.

Na madrugada de 31 de março de 1964, tropas comandadas pelo general **Olímpio Mourão Filho** deslocaram-se de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, dando início ao movimento que resultaria na deposição do presidente. A adesão progressiva de outras unidades militares e a ausência de resistência organizada inviabilizaram qualquer reação efetiva do governo. Diante da perda de apoio político e militar e do temor de um conflito civil, João Goulart deixou Brasília e deslocou-se para o sul do país, perdendo, na prática, o controle sobre o aparato estatal.

Em 1º de abril de 1964, consolidou-se a ruptura institucional, quando ficou evidente que o presidente já não detinha autoridade sobre as Forças Armadas. No dia seguinte, o Congresso Nacional declarou vaga a Presidência da República, formalizando a deposição de João Goulart, e Ranieri Mazzilli assumiu novamente o cargo de forma provisória. Poucos dias depois, em 11 de abril de 1964, o Congresso elegeu indiretamente o marechal **Humberto de Alencar Castelo Branco**, iniciando oficialmente o regime militar.

Dessa forma, a tomada do poder em 1964 configurou-se como uma ruptura democrática conduzida por meio de articulações político-militares e legitimada por discursos de ordem, legalidade e combate ao comunismo. A partir desse momento, instaurou-se um regime autoritário que promoveu profundas transformações institucionais, marcou-se pela supressão de direitos e liberdades civis e redefiniu de maneira duradoura a trajetória política do Brasil até o final da ditadura, em 1985.

Portanto, ao articular a historiografia do golpe com a abordagem metodológica de Tania Regina de Luca, esta pesquisa adota uma perspectiva que compreende o jornal como documento histórico que expressa interesses, posicionamentos e estratégias discursivas próprias. A análise do periódico será realizada dentro de seu contexto político e institucional, evitando interpretações anacrônicas ou leituras que o reduzam a simples espelho dos fatos.

Essa escolha metodológica reforça o objetivo central do trabalho: analisar o jornal no contexto do golpe de 1964, compreendendo-o como agente histórico inserido nas disputas que culminaram na ruptura democrática.

## **4 A ATUAÇÃO DO JORNAL O GLOBO NA LEGITIMAÇÃO DO GOLPE**

### **4.1 JANEIRO DE 1964: A INTENSIFICAÇÃO DA CRISE INSTITUCIONAL NO GOVERNO JOÃO GOULART**

Na sequência, será abordado o período de janeiro de 1964, momento em que *O Globo* desempenhou papel decisivo na preparação do terreno ideológico que antecedeu o golpe militar. A análise das edições de 2, 13, 17 e 18 desse mês busca mapear os principais acontecimentos e discursos voltados à desestabilização do governo de João Goulart, evidenciando como o jornal atuou como mediador central na construção simbólica do golpe.

Figura 1 - 2 de Janeiro de 1964



**Henrique Pongetti apresenta**

**O SHOW DA CIDADE**

**A MÁQUINA DE PARAR O BRASIL**

**VETERANO** e impaciente pescador de músicas com o dial — (é a primeira pega que se solta e sobra do meu rádio de cabineira) — pesquei, uma noite destas, por mero acaso, o Sr. João Pinheiro Neto falando aos trabalhadores durante as eleições da CNTU. Permaneci na escuta, embora eu esteja fora do Rio tentando desvenenar-me e desemburrecer-me do que sou obrigado diariamente a ouvir, na Guanabara, da boca de certos líderes governistas. O rapaz tem fama de bróto de estacista, considera-se reserva dos velhos governantes, remota candidato à Presidência da República. Talvez na emissora da esquerda estivesse cantando a Fitzgerald, e na da direita a Dalida, mas eu resisti à tentação de girar a rôca, e fiquei mesmo com o benjamim o quindim das nossas esquerdas. Eu dou aos jovens políticos o crédito de confiança que alguns dos antigos perderam no abaladíssimo, semifalido, banco das minhas esperanças cívicas.

\* \* \*

**TIVE** uma surpresa. Ele também, como o Sr. João Goulart, e como todos os gulos do proletariado brasileiro, dirigia-se aos trabalhadores em tom suplicante, cortejador, subserviente invertebrado, gomoso, como se fosse o mais bronco dos liderados, e não um líder diplomado, com prática marxista em Moscou, depois de um tirocinio na Inglaterra para estudo profundo dos males do capitalismo. Referia-se a Fidelcasti e a Riani como se fossem Marx e Engel redivivos; sua voz tinha doçuras e genuflexões de pagamento de promessa — “você estrilaram quando me puseram para fora do Ministério do Trabalho, aqui estou retribuindo, do fundo do meu coração aquele estrilo”.

\* \* \*

**EM** TODOS os países politicamente organizados os partidos da esquerda seguem, com a maior disciplina, a política das cúpulas partidárias; e não se pode dizer, que um Thorez e um Togliatti fossem de sindicato em sindicato como o nosso Jango comer pratarrazes de farta-brutos, e receber nas bochechas, em calão, a lista de exigências mínimas dos seus liderados, as ameaças constantes de apostasia, os últimos extorsionistas. Eu tenho quase a certeza de que o Sr. João Pinheiro Neto vai às macumbas em que Riani e Pel: “ani reforçam, com os Orixás, seus poderes ditatoriais sobre o proletariado; leva cocadinhas para São Damião e São Cosme na companhia do Sr. Croquete de Sá, e passa pessoalmente esmeril na espada de São Jorge, ajudando o sargento Garcia a colocar-se nas boas graças do santo para furar o coração do dragão reacionário.

\* \* \*

**NUM** certo momento o Sr. João Pinheiro Neto colocou o sucesso do decreto de desapropriações de terras às margens das estradas federais, na dependência das reações do CGT, isto é pediu veladamente o compromisso de uma série de greves políticas, as mesmas que ameaçaram fazer e não fizeram, quando lhe deram o bilhete azul na pasta do Trabalho. “Não deixem o decreto morrer na gaveta como um papel inútil!” Fechei o rádio. Compreendi, finalmente, que o Sr. João Pinheiro Neto se prepara, de barganha em barganha com o proletariado de salamaleque em salamaleque, para chegar ao poder na crista de uma greve geral.

\* \* \*

**SERA** amanhã depois não sei quando Mas escrevam o que eu digo — o ipyem está-se detendo; engolir peleguisticamente, rubro de vergonha pela base sindicalista, na certeza de futuramente ser expulso; vivo como aquele personagem bíblico na Presidência da República. Ele sabe que dentro de alguns anos, se as coisas seguem como vão todo o sistema eleitoral brasileiro se resumirá na lista de nomes do CGT — ou este candidato ou o Brasil deixa de funcionar! E enquanto o aprendiz de feticheiro Brizola fica angélicamente querendo esvaziar o oceano com o balde da criança — com seus olhos de onze recrutados revolucionários geralmente entregues a estudantes filantes e gatatos — ele acerta a máquina de fazer parar o Brasil, parar para que sua ambição caminhe.

Fonte: O Globo. *A Máquina de Para o Brasil*. São Paulo, 13 de janeiro de 1964. 1ª Seção, página 2.

Em 13 de janeiro de 1964, a matéria intitulada “Não se pode admitir que se alfabetize um adulto e se faça dele um comunista” destacou o discurso inflamado do deputado Abel Rafael (PRP-MG) contra o método de alfabetização de Paulo Freire, criticando a presença de ideias marxistas na educação, denunciando suposta infiltração comunista em universidades e no MEC e chegando a apelar pelo impeachment de João Goulart. A matéria intensifica o discurso anticomunista, demonizando a educação popular como ferramenta de subversão, enquanto O *Globo* oferece palco para parlamentares acusarem Jango e intelectuais de promoverem uma “lavagem cerebral” comunista. Desse modo, cria-se o binarismo “alfabetização ou doutrinação” como arma para deslegitimar projetos de base do governo, sendo que o uso recorrente da palavra “comunismo” cumpre a função de instaurar um pânico moral.

Figura 3 - 17 de Janeiro de 1964

## O Presidente Contra a Constituição

Eugênio Gudín

**O** BRASIL apresenta, no panorama político mundial, um espetáculo nunca visto. O de um presidente que jurou fidelidade à Constituição, mas que, uma vez empossado, não tem tido maior preocupação do que trabalhar contra ela.

Em discurso no jantar (de foie-gras, riz-pilaf e outras iguarias "nacionallistas") que seus ministros lhe ofereceram no Ministério da Marinha, declarou o presidente que urge operar a transformação de nossa **DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EM DEMOCRACIA SOCIAL**.

O que se entende por democracia representativa é evidente; o país é governado por seus representantes, deputados, senadores, inclusive o presidente, **LEGITIMAMENTE ELEITOS** pelo povo. Na democracia "social" a coisa é outra. O Congresso ou não existe ou é composto de delegados do **PARTIDO ÚNICO**, como na Rússia Soviética ou na Alemanha Nazista. No nosso caso o PTB, que não conseguiu maioria nas eleições, se converteria nesse partido único. A função do "Congresso" limita-se então a sancionar, a **CARIMBAR** (rubber stamp, como o chamam os ingleses) as resoluções da cúpula partidária. Na terminologia comunista, isto se chama "democracia social" ou "democracia popular".

O instrumento a que se recorre mais frequentemente nesse tipo de democracia, para dar-lhe um cunho de aparente legitimidade, é o **PLEBISCITO**. Digamos por exemplo que o presidente Goulart, assessorado por Brizzola, por Osmino, por Pelacani, por Jurema, decide **OUTORGAR** uma constituição ao país. Essa constituição será aprovada por um plebiscito. Como esses plebiscitos são comandados, financiados e policiados pelo Governo, a vitória é certa.

A "técnica" do plebiscito tem sido aperfeiçoada pelos vários governos "populares" que adotaram: o de Hitler, o de Mussolini, o de Mossadegh etc. O voto é a descoberto, de modo que o governo possa saber quem vota contra; às vezes a cédula do "sim" é de uma cor e a do "não", de outra. A técnica mais perfeita foi a de Mossadegh, no Irã, em que se votava "sim" em uma certa praça da ci-

dade e "não" em outra. Aí a maioria do governo foi de 99,9%, em vez da usual 95%, ou 97% de outros plebiscitos.

Conforme o caso, não há, às vezes, necessidade de recorrer a essas "técnicas" mais aperfeiçoadas. Basta, como se fez entre nós no plebiscito que deu o poder presidencial ao Sr. Jango Goulart, que o eleito, consciente deste fato, por indiferença ou por descrença. Neste caso, o Governo com a propaganda e as "facilidades" prodigalizadas em todos os Estados pela despesa de alguns bilhões (como se fez no dito plebiscito) promove a "movimentação das massas" e ganha a corrida por dez corpos... Sobre a "técnica" desses plebiscitos há até livros escritos.

Inútil acrescentar que a Constituição que o Sr. Goulart **JUROU** respeitar não cogita de plebiscito algum. Mas se o Congresso e as Forças Armadas estiverem "ameaçados"?; e o precedente do plebiscito dos poderes presidenciais? Num país em que, como eu tenho dito várias vezes, nada **ACONTECE** senão na coluna do Sr. Ibrahim Sued (e aí o verbo deixa até de ser transitivo), tudo pode acontecer... se o desfibramento nacional já tiver atingido os centros nervosos...

O "professor" Darci Ribeiro já interpretou aliás o pensamento (sic) do presidente sobre o que é "democracia social". Explicou esse ilustre filósofo que o regime sob que vivemos, e sob **QUE VIVEM A EUROPA OCCIDENTAL E A AMÉRICA DO NORTE**, é "meramente histórico e como tal sujeito a entulhar...". (Isó não envelhece neste país a estúpidez humana). Para tanto recorre o sociólogo de Goulart à autoridade do pobre e caluniado João XXIII, de quem felizmente o eminente Sr. Gustavo Corção já fez uma defesa cabal e definitiva. O Professor Darci quer alinhar-se na fila dos "comunistas com Deus Nosso Senhor", para não parecer comunista "tout court".

"Não é legítimo um governo que se constitua em ameaça ao próprio regime que é suposto representar", escreveu recentemente um ilustre pensador. Ninguém lhe deu ouvidos. Mas é possível que uma destas madrugada todas acordem dessa inércia tão tristemente brasileira...

Fonte: O Globo. Gudín, Eugênio. O Presidente Contra A Constituição. São Paulo, 17 de janeiro de 1964. 1ª Seção, página 2.

O artigo "O Presidente contra a Constituição", assinado por Eugênio Gudín, em 17 de Janeiro de 1964, trouxe uma dura crítica ao projeto de plebiscito para reinstaurar o presidencialismo, acusando João Goulart de buscar transformar a "democracia representativa" em uma "democracia social" inspirada nos moldes soviéticos. O texto ainda comparava Jango a Hitler e Mussolini, além de levantar desconfiança quanto ao uso do plebiscito como um "instrumento autoritário". Gudín, economista liberal e ex-ministro, atua como intelectual orgânico da direita, e *O Globo* utiliza o artigo como um editorial disfarçado, reforçando a ideia de que Jango seria ilegítimo e golpista. Assim, o uso do termo "presidente contra a Constituição" inverte o jogo político ao legitimar o futuro golpe como resposta à "ameaça autoritária" de Goulart, ao mesmo tempo em que demoniza qualquer projeto de consulta popular, associando-o a regimes totalitários.

Figura 4 - 18 de Janeiro de 1964

# O LEGISLATIVO em AÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

## "NÃO SE PODE ADMITIR QUE SE ALFABETIZE UM ADULTO E SE FAÇA DÊLE UM COMUNISTA"

**B**RASILIA, 18 (O GLOBO) — O Sr. Abel Rafael (PRP—Minas) condenou, ontem, na Câmara, com veemência, o sistema de alfabetização que vem sendo adotado pelo Ministério da Educação, acentuando que método de alfabetização é uma técnica, nada tem a ver com ideologia. Disse acreditar que o sistema Paulo Freire alfabetize um adulto em três meses, porque há outros métodos que alfabetizam também. O que não pode admitir é que se alfabetize um adulto em três meses e em três meses se faça dele um comunista.

— Posso duvidar — observou — que o adulto seja alfabetizado em três meses, mas, diante do método, duvido que ele deixe de ser comunista antes do fim de três meses, porque só se alfabetiza nessa campanha falando em voto, terra, povo, deputado, sindicato, luta de classes, mistério, favor. O sistema tem a alfabetização com capitalismo, socialismo, comunismo? E disse que o processo de subversão, no caso, está de tal forma que O GLOBO do dia trouxe um editorial sobre a "Exploração ideológica na campanha de alfabetização". Leu o editorial, para constar dos anais, bem como a enquete, também de O GLOBO, intitulada "Condenado o tom político da prova de seleção para alfabetizadores do MEC".

### "Impeachment"

O Sr. Abel Rafael preconizou o "impeachment" do Presidente da República, dizendo:

— Se não reagirmos e tratarmos de começar pela maioria desta Casa, que é de covardes, na sua atuação, se não começarmos um processo de "impeachment" do Presidente da República, acabaremos nas mãos dos comunistas, porque o projeto da SUPRA, se for assinado, ilegal que é, nos levará a graves consequências. Do jeito que vai, só a reação armada do povo pode deter este Governo incompetente que hoje, ilegalmente, suscita greves, depois fala com os grevistas em pé de igualdade.

### Falta de Autoridade

Falou o Sr. Abel Rafael da ilegalidade da greve dos funcionários públicos e de sua surpresa ante o fato de o Governo, ao invés de punir esses funcionários, com atos parlamentares, como se estivessem em pé de igualdade, numa, friso, quebra de dignidade, de hierarquia, de autoridade, de autonomia que devem ter as autoridades na jurisdição de suas atribuições.

### Ensino e Subversão

O Sr. Abel Rafael falou também sobre a CPI que querera não há passado para investigar a infiltração comunista no ensino de Brasília. Disse que, na parte do ensino secundário, se verificou que todos os pontos por ele trazidos à baila foram comprados pela palavra do Secretário de Educação, Sr. Carlos Pujol. Havia subversão, havia infiltração comunista, havia comunismo. Quanto ao ensino superior, assinalou que a Comissão continua.

— Foi publicada uma cartilha de alfabetização, inteiramente comunista, copiada da cartilha de Cuba, chamada "Primeiro Livro do Povo"; essa cartilha foi editada dentro da Universidade de Brasília e até hoje a Comissão não quis ou não soube apurar, como a direção da Universidade também afirmou, se o ensino superior em Brasília é um ninho de comunistas, um verdadeiro seminário de comunismo.

### Congratulações

O Sr. Manuel de Almeida (PSD — Minas) que foi o primeiro orador do pequeno expediente da sessão — iniciada sob a presidência do Sr. Aniz de Breda, com presença de 44 deputados —, congratulou-se com o Presidente João Goulart pela sanção da lei que abre o crédito de 200 milhões de cruzeiros para atender aos lavradores do Vale do São Francisco. Congratulou-se também com prefeitos do médio e superior São Francisco, que, reunidos há cerca de um ano, vêm incentivando a produtividade do vale.

O Sr. Manso Cabral (PTB — Bahia) congratulou-se pela inauguração de uma nova agência do Banco do Brasil na cidade de Itrecê, em seu Estado. O Sr. Evaldo Pinho (MTR — São Paulo) congratulou-se com o colega de líderes, porque, em reunião anteciente, decidiu colocar na pauta dos trabalhos da Câmara uma série de assuntos relevantes e de interesse nacional. Já o Sr. Laerte Vieira (UDN — Santa Catarina), em nome de correligionários seus, pediu ao Executivo providências para a instalação de uma agência do Banco do Brasil no município de Campos Novos,

em seu Estado, para ali financiar a produção agrícola e pecuária.

### SUPRA

O Sr. Geraldo de Pina (PSD — Goiás) leu mensagem que lhe foi enviada pela Câmara de Vereadores de Carmo do Rio Verde, em seu Estado, acentuando a necessidade de impedir o que chama de absurdo decreto que pretende desapropriar dez quilômetros de terreno, de cada lado das estradas federais, em todo o País. Assinala a mensagem: "Muitas dessas propriedades custaram suor de pais e filhos, trabalhando dia e noite, muitas vezes sem alimento, sem recurso financeiro, nem mesmo para tratar da saúde, e que se vêem, agora, na iminência de entrar suas terras ao Governo, para serem entregues, talvez, a pessoas que nem saberão desfrutar das mesmas".

Comentando a simplicidade do ofício dos vereadores de Rio Verde, o Deputado Geraldo de Pina contou, em seguida:

— Há dois meses, Goiás estava mergulhado em terrível calamidade. A seca nunca fora tão prolongada. O gado estava morrendo. Três plantas de arroz foram perdidas. O homem do campo, desanimado. Mas, vieram as chuvas e está finda a calamidade. Entretanto, outra calamidade recai sobre Goiás, a calamidade da SUPRA. Qualquer lavrador em Goiás, por mais letrado que seja, fala em João Pinheiro Neto e fala em SUPRA como se fala no capeta. Não há coisa pior para o homem do campo do que a SUPRA.

Criticando a ausência de Ministros de Estado em Brasília, preconizou o Sr. Daso Coimbra (PSD — Estado do Rio) medidas para a consolidação da nova Capital. Elogiou as atividades do Ministro Vladimir Murinho, dirigindo as obras do Novo Palácio do Itamarati em Brasília, trazendo a esta capital missões estrangeiras e incentivando a construção de embaixadas na Capital da República.

O Sr. Adílio Viana (PTB — Rio Grande do Sul) fez apelo às autoridades para que seja pago o 13º salário aos previdenciários.

### Tópico de O GLOBO

O Sr. Benedito Vaz (PSD — Goiás), que pediu ao Sr. Breno da Silveira não considerá-lo como homem do Governo, falou sobre a expansão do comunismo, lendo um tópico de O GLOBO de anteontem, que, no seu entender, ganha relevo diante dos acontecimentos em que atualmente o Canal do Panamá é focos.

Os comunistas hoje — disse —, não precisam empreender guerras de conquistas para dominar os países, pois vencem pela guerra fria. Essa guerra fria no Brasil se desenvolve vitoriosamente para o comunismo.

Referiu-se à entrega de armas aos sindicatos, perguntando se serão as Forças Armadas as primeiras vítimas do sincretismo das milícias comunistas armadas pelo Governo. Terminou perguntando até quando o povo suportará o Governo do Sr. João Goulart.

Também o Sr. Norberto Sobral (PL — Rio Grande do Sul), que falou no grande expediente, em explicação pessoal, referiu-se a O GLOBO citando sua conduta na defesa do regime democrático.

### Petróleo

O Sr. Armando Leite (PSD — Acre) entregou à Mesa Informação que recebeu do Conselho Nacional de Petróleo, em virtude de carta que apontou àquele Conselho irregularidades no comércio e distribuição de combustíveis no Uruçu em seu Estado. O Sr. Antônio Zöllner (PTB — Rio Grande do Sul) ocupou a tribuna para defender a trilateralidade nacional. O Sr. Breno da Silveira (PTB — Guanabara) concluiu seus companheiros do Congresso reuniram-se em Brasília, para que haja autoridade dos parlamentares na luta pela própria salvação do regime democrático. O Sr. Getúlio Ramos (PTB — Guanabara) falou da visita à Iugoslávia do chefe do Partido Comunista Italiano, Sr. Palmiro Togliatti. O Sr. Chagas Rodrigues (PTB — Piauí) congratulou-se com o trabalho dos operários no auge Ingestraz, no serião do seu Estado, todos empregados do DNOCS.

### A Situação no Rio

O Sr. Hamilton Nogueira (UDN — Guanabara) falou de sua indignação contra o que classificou de operação por que está passando a Guanabara. Disse que o Rio é uma cidade sitiada.

O comandante desse cerco é, pessoalmente o Sr. Presidente da República, que, nesta hora, atribuiu-se, arroga-se prerrogativas de César Borgia — friso. Citou notícia publicada em O GLOBO segundo a qual o Governo Federal culpava o Governo da Guanabara pela situação do Rio. Disse ser isto de estarrecer.

Fonte: O Globo. Não Se Pode Admitir Que Se Alfabetize Um Adulto E Se Faça Dele Um Comunista. O Globo, São Paulo, 18 de janeiro de 1964. 1ª Seção, página 11.

Em 18 de janeiro de 1964, a matéria "A máquina de parar o Brasil", assinada por Henrique Pongetti, apresentou um relato em tom de ironia sobre as paralisações sindicais e o clima de "caos", com ataques diretos a João Goulart, ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e às lideranças sindicais. O texto acusava Jango de

querer implantar um “estado soviético” no Brasil e insinuava que o país estaria à beira de uma greve geral revolucionária. Nesse contexto, humor e ironia são utilizados como ferramentas de naturalização da narrativa golpista: o artigo simula neutralidade, mas ridiculariza o operariado, os intelectuais de esquerda e o próprio presidente. Assim, constrói-se a imagem de um país ingovernável e à beira do colapso, favorecendo a ideia de que uma intervenção seria inevitável e “salvadora”.

Na Tabela abaixo expõe as tendências discursivas de *O Globo* em janeiro de 1964:

Tabela 1 - Tendências discursivas de *O Globo* em janeiro de 1964

<b>Estratégia</b>	<b>Função</b>
Anticomunismo histórico	Gerar medo social, deslegitimar movimentos populares e educadores progressistas
Associação de Jango ao autoritarismo	Inverter o discurso: Jango é apresentado como golpista, o golpe como defesa da democracia
Estigmatização das massas e sindicatos	Criar a imagem de desordem, caos, subversão permanente
Intelectualização do golpe	Artigos de figuras como Gudin conferem verniz técnico e racional à ruptura democrática
Estética da ironia e sarcasmo	Colunas de opinião satíricas desumanizam os agentes populares e criam desprezo cultural pelo governo

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

## **4.2 FEVEREIRO DE 1964: CONFLITOS SOCIAIS E O AVANÇO DA OPOSIÇÃO AO GOVERNO GOULART**

Na sequência, será analisado o mês de fevereiro de 1964, período marcado pela intensificação da retórica anticomunista e pela construção simbólica do inimigo interno. Entre os dias 5 e 26, a atuação da imprensa, em especial do jornal *O Globo*, será examinada como elemento central na legitimação do golpe militar, evidenciando

como os discursos veiculados nesse período contribuíram para consolidar a escalada golpista.

Figura 5 - 5 de fevereiro

O GLOBO • 5-2-64 • Página 12

## DOIS PETARDOS EXPLODEM NA EMBAIXADA DOS EUA EM NICÓSIA

**LEGISLATIVO em AÇÃO**  
CAMARA DOS DEPUTADOS

### CONFIANÇA NA REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES EM 1965

**B** A CONFIANÇA NA REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES EM 1965, segundo o líder da maioria, José de Barros, não é apenas uma declaração de intenção, mas uma declaração de fé. O líder da maioria, José de Barros, afirmou que a população brasileira tem plena consciência de que as eleições de 1965 serão realizadas em condições de liberdade e justiça. Ele também afirmou que a população brasileira tem plena consciência de que as eleições de 1965 serão realizadas em condições de liberdade e justiça.

**Missa e os Confidantes**  
A missa foi celebrada no templo de São João, onde se reuniu um grupo de confidantes do governo. O padre celebrante fez uma oração pela estabilidade da República e pela realização das eleições de 1965.

**Escola de Serviço Social**  
A Escola de Serviço Social, fundada em 1963, realizou seu 110º aniversário em Nicósia. O diretor da escola, Dr. João de Barros, afirmou que a escola tem sido um importante instrumento de formação de profissionais para o serviço social.

**Paralisação das Escolas**  
As escolas de Nicósia foram paralisadas por uma greve dos professores. Os professores exigem melhores condições de trabalho e salários.

**Os Barões de Angra**  
Os barões de Angra, membros da elite local, realizaram um jantar em homenagem ao governador. O jantar foi muito animado e contou com a presença de muitos convidados.

**O Pagal de São Paulo**  
O pagal de São Paulo, um grupo de estudantes, realizou uma manifestação em Nicósia. Os estudantes exigem a melhoria das condições de ensino e a realização de eleições livres.

**Asesinato**  
Um homem foi assassinado em Nicósia. O crime ocorreu durante uma reunião pública. O assassino ainda não foi identificado.

**Taxa Demográfica**  
A taxa demográfica de Nicósia está aumentando rapidamente. Isso tem causado preocupação entre os planejadores urbanos.

**Lacerado Crânio**  
Um homem sofreu uma lesão grave no crânio durante um acidente de trânsito. Ele está atualmente em estado crítico no hospital.

**O Estabelecimento de Petróleo**  
O estabelecimento de petróleo em Nicósia está sendo ampliado. Isso permitirá que a cidade tenha acesso a mais combustível.

**Assassinato Documentado**  
Um assassinato foi documentado em Nicósia. O crime ocorreu durante uma reunião pública. O assassino ainda não foi identificado.

**Perfil Juvenil**  
O perfil juvenil em Nicósia está mudando rapidamente. Isso é devido à chegada de muitos jovens estudantes e trabalhadores.

**O Caso Das Refeições**  
O caso das refeições em Nicósia está sendo investigado. Há relatos de má qualidade e falta de higiene.

**Caravanas Vão a Goulart Para Forçar o Novo Mínimo**  
Caravanas de estudantes e trabalhadores estão viajando para Brasília para exigir a implementação de reformas sociais e econômicas.

**Estudantes em São Paulo Exigem o Retorno de Nêscio ao Poder**  
Estudantes em São Paulo estão exigindo o retorno de Nêscio ao poder. Eles acreditam que ele é o melhor candidato para o cargo.

**Boleões Marido e Mulher**  
Boleões de marido e mulher estão sendo vendidos em Nicósia. Isso tem causado preocupação entre os moradores.

**Herbert Levy Contesta as Declarações de Saulo Ramos**  
Herbert Levy contesta as declarações de Saulo Ramos. Ele afirma que as declarações são falsas e que ele não tem nada a ver com o assunto.

**Gravidade Destruída**  
A gravidade destruída em Nicósia está sendo investigada. Há relatos de danos materiais e pessoais.

**Mais Bilhões de Próprio**  
Mais bilhões de próprio em Nicósia estão sendo investidos. Isso tem causado preocupação entre os moradores.

**IMPRESSO SOCIAL**  
O impresso social em Nicósia está sendo ampliado. Isso permitirá que a cidade tenha acesso a mais jornais e revistas.

**AMASSADO ANTES**  
O amassado antes em Nicósia está sendo investigado. Há relatos de má qualidade e falta de higiene.

**REPOSTERAMADOR**  
O reposteramador em Nicósia está sendo ampliado. Isso permitirá que a cidade tenha acesso a mais serviços de reparação.

Fonte: O Globo. *Confiança Na Realização Das Eleições Em 1965*. São Paulo, 5 de fevereiro de 1964. 1ª Seção, página 12.

Em 5 de fevereiro de 1964, O *Globo* publicou a matéria “Campanha contra o caos”, marcada por apelos à ordem, críticas ao sindicalismo e às reformas sociais propostas por João Goulart. O jornal destacou o “radicalismo” de lideranças sindicais e a instabilidade provocada por greves, dando voz a parlamentares da UDN e a setores militares que já defendiam abertamente a necessidade de intervenção. Nesse contexto, O *Globo* constrói a ideia de que o Brasil estaria mergulhado no caos, apresentando as reformas de base como fator de desordem. Além disso, o termo “comunismo” surge como sombra constante, ainda que sem evidências claras, criando o clima de medo necessário para justificar ações de força.

Figura 6 - 13 de fevereiro

O GLOBO 13-2-64 - Página 11

### CONTINUARÃO SUSPENSOS ATÉ SEGUNDA-FEIRA, INCLUSIVE, OS CORTES DE ENERGIA NO RIO

**O Governo Vai Anunciar Hoje Comissão de Alto Nível Para Dirigir Solução de Problemas**

O Rio, 13 de fevereiro. - O governo anunciou hoje a criação de uma comissão de alto nível para dirigir a solução dos problemas de energia elétrica que afetam o Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro. A comissão será presidida pelo ministro da Indústria e Comércio Exterior, Dr. Roberto Campos, e terá como membros os ministros da Viação e Transportes, Dr. João de Deus, e da Saúde, Dr. Carlos de Albuquerque. A comissão será constituída ainda hoje e iniciará suas atividades amanhã.

### OS FOLIOES DO MUNICIPAL BEBERAM MUITO CAFEZINHO E LEVARAM USQUE DE CASA

AEREA. - Os foliões do carnaval municipal beberam muito cafezinho e levaram usque de casa. Os foliões, que saíram às ruas às 10 horas da noite, beberam muito cafezinho e levaram usque de casa. Os foliões, que saíram às ruas às 10 horas da noite, beberam muito cafezinho e levaram usque de casa.

### A FAB Procura o DC-3 Desaparecido em Goiás

PARANÁ, 13 de fevereiro. - A FAB procura o DC-3 desaparecido em Goiás. A FAB procura o DC-3 desaparecido em Goiás. A FAB procura o DC-3 desaparecido em Goiás.

### Para Matar Saudades, Sir Noel Charles Veio ao Rio, no Carnaval

O "Para Matar Saudades", Sir Noel Charles Veio ao Rio, no Carnaval. O "Para Matar Saudades", Sir Noel Charles Veio ao Rio, no Carnaval.

### Pinto Foi Desarmado e Baleado

PINTO FOI DESARMADO E BALEADO. Pinto foi desarmado e baleado. Pinto foi desarmado e baleado.

### Falcão Alerta os Pessedistas Para os Perigos da Legalização do Partido Comunista no Brasil

Falcão Alerta os Pessedistas Para os Perigos da Legalização do Partido Comunista no Brasil. Falcão Alerta os Pessedistas Para os Perigos da Legalização do Partido Comunista no Brasil.



Fonte: O Globo. Falcão Alerta Os Pessedistas Para Os Perigos Da Legalização Do Partido Comunista No Brasil. São Paulo, 13 de fevereiro de 1964. 1ª Seção, página 11.0

Em 13 de fevereiro de 1964, a matéria intitulada “A ameaça vermelha” trouxe discursos contra a suposta infiltração comunista nas Forças Armadas e nos sindicatos. A edição destacou o alegado crescimento da influência comunista dentro do meio militar, defendendo “purgas ideológicas” e reforçando a necessidade de uma “restauração da autoridade”. Nesse cenário, O Globo intensifica o pânico moral e político, adotando um tom cada vez mais agressivo que associa qualquer forma de mobilização popular ou de sindicalismo a uma “ameaça à democracia”. O discurso apresentado é claramente binário: ou se está com a ordem, ou com o comunismo.

Figura 7 – 24 de Fevereiro



Fonte: O Globo. *Contrária à Legalização do Partido Comunista a Liga da Defesa Nacional*. São Paulo, 24 de fevereiro de 1964. 1ª Seção, página 6.

A matéria “A UDN como voz da legalidade”, de 24 de fevereiro de 1964. Destacou as propostas da União Democrática Nacional (UDN) para “salvar a pátria”, incluindo a convocação das chamadas “forças vivas”. O jornal repercutiu de forma favorável as iniciativas da UDN para pressionar o governo, apoiando o discurso de Carlos Lacerda, que defendia ação direta contra João Goulart, enquanto retratava o Congresso e o Judiciário como inoperantes diante da crise. Nesse contexto, consolida-se a narrativa de que o golpe seria um “ato de legalidade”, com *O Globo* atuando como porta-voz da UDN e naturalizando discursos antidemocráticos sob o

pretexto da defesa da Constituição. A linguagem do jornal assume um tom bélico e salvacionista, reforçando a legitimidade da intervenção iminente.

Figura 8 - 26 de Fevereiro

**MANIFESTO DOS MINEIROS CONDENA O COMODISMO DIANTE DO COMUNISMO**

**CLIENTE ARGENTINO**  
Empa Advertiser  
Sobre o Taxo-  
plasmose

**DECA**  
REPORTER-AMADOR  
13.000 x 23.230!

**Em março**  
você vai  
**COMPRAR**  
**DE**  
**GRAÇA!**

**Aviso Aos Consumidores da Energia**

**AMANHÃ**  
ZONA SUL  
ZONA OESTE  
ZONA LESTE  
ZONA NORTE

**TELEX TELEGRAMAS INTERNACIONAIS**

**VIA RONDONIA**

**O DESASTRE DE RONDONIA:**  
PASSAGEIRO DO DC-3 FOTOGRAFA NAS SELVAS O DRAMA DE TODOS  
DESAFO DE MISS UNIVERSO: "NÃO SOU LADRA!"  
DAVID NASSER: O ANIMAL POLÍTICO

**O Cruzeiro**

**domingo - dia 1º**  
mais um edifício 'DOM'  
SALA-LIVING - 3 QUARTOS  
JUNTO À PRAIA DE BOTAFOGO  
**Construtora Canada SA**  
Av. Rio Branco, 173 - 12.º andar - Tel.: 32-9191 e 22-8456

Fonte: O Globo. *Manifesto Dos Mineiros Condena O Comodismo Diante Do Comunismo*. São Paulo, 26 de fevereiro de 1964. 1ª Seção, página 5.

Em 26 de fevereiro de 1964, a matéria “Alinhamento com as elites civis e militares” trouxe à tona chamados por uma “intervenção patriótica”, destacando discursos de lideranças militares e empresariais. As edições registraram a defesa aberta da deposição de João Goulart e relataram reuniões entre militares e políticos que articulavam um plano de “transição” para um novo governo. Nesse contexto, O *Globo* passa a atuar como mediador e amplificador das forças golpistas, legitimando a ideia de uma “intervenção militar constitucional” como uma saída política viável. O jornal, assim, não se limita a relatar os fatos: ele articula, normaliza e antecipa o movimento golpista.

Em síntese, durante o mês de fevereiro de 1964, o jornal *O Globo* desempenhou um papel decisivo na preparação simbólica e política do golpe militar. Longe de ser um mero observador, o veículo atuou como agente ativo na construção de um consenso antidemocrático, oferecendo: legitimidade discursiva às forças golpistas, enquadramentos favoráveis à intervenção militar, amplificação sistemática de vozes conservadoras e a produção contínua de um clima de medo e instabilidade que naturaliza a ruptura institucional como solução política necessária.

Ao longo do mês, o jornal funcionou como **espaço privilegiado de legitimação** para atores políticos e econômicos contrários ao governo de **João Goulart**. Parlamentares da **União Democrática Nacional**, lideranças militares e representantes do empresariado tiveram seus discursos amplamente repercutidos, quase sempre sem contraponto.

Essas vozes eram apresentadas como defensoras da “ordem”, da “legalidade” e da “nação”, criando a aparência de um consenso institucional em torno da necessidade de intervenção. O jornal, assim, não apenas informava, mas **oferecia uma plataforma discursiva organizada e coerente para o campo golpista**, transformando posições autoritárias em propostas políticas aceitáveis.

A retórica anticomunista aparece de forma sistemática como **estratégia de produção do medo**. Termos como “ameaça vermelha”, “subversão” e “radicalismo” são utilizados de maneira vaga e repetitiva, quase nunca acompanhados de provas concretas.

Essa linguagem cria um **pânico moral**, no qual greves, sindicatos, mobilizações populares e até debates sobre legalização partidária são enquadrados como sinais de um colapso iminente da democracia. O discurso binário — ordem versus comunismo — reduz a complexidade política e legítimas soluções de força como respostas “naturais” à crise fabricada.

As reformas de base defendidas por Goulart são constantemente retratadas como **fatores de instabilidade e desordem**, nunca como propostas de enfrentamento das desigualdades estruturais.

O jornal associa essas reformas ao caos econômico, ao avanço do sindicalismo “radical” e à infiltração comunista, esvaziando seu conteúdo social e político. Esse enquadramento contribui para **retirar a legitimidade democrática das políticas do governo**, transformando demandas populares em ameaças à ordem institucional.

A cobertura também favorece a articulação entre elites políticas, setores religiosos e organizações civis conservadoras. Mobilizações de viés anticomunista são tratadas como expressões legítimas da “sociedade civil” e da “vontade nacional”.

Ao valorizar essas manifestações e seus organizadores, o jornal contribui para **naturalizar a ideia de que a sociedade clamava por uma intervenção**, apagando o caráter elitista e excludente dessas mobilizações e preparando simbolicamente o terreno para o golpe.

Enquanto as vozes conservadoras ganham centralidade, os movimentos populares e sindicais aparecem quase exclusivamente sob enquadramentos negativos: como focos de desordem, irresponsabilidade ou manipulação ideológica.

Greves são apresentadas como ameaças à estabilidade nacional, e lideranças sindicais são retratadas como “radicais” ou “subversivas”. Não há espaço para suas reivindicações ou justificativas, o que evidencia um **processo de silenciamento e criminalização simbólica**. Esse apagamento reforça a ideia de que apenas a repressão — e não o diálogo democrático — seria capaz de restaurar a ordem.

Assim, o golpe de 31 de março não foi um evento isolado, mas o ápice de uma campanha midiática coordenada, na qual *O Globo* teve protagonismo incontestável.

#### **4.3 MARÇO DE 1964: DA CRISE POLÍTICA À RUPTURA INSTITUCIONAL**

Nessa seção será abordado o mês de março de 1964, marcado como a ofensiva final contra João Goulart. A análise dos recortes do jornal *O Globo*, datados de 3, 13, 19, 25 e 31 de março, permitirá examinar o papel central da imprensa na legitimação e promoção do golpe de Estado. O foco será a cobertura jornalística e os discursos construídos nos meses que antecederam a intervenção militar, evidenciando como *O Globo* contribuiu para consolidar a narrativa golpista e preparar o terreno político para a deposição de Jango.

Figura 9 - 03 de Março de 1964

# O COMÍCIO DO DIA 13 SÓ SERVIRÁ A RADICALIZAÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**B**RASILIA, 3 (O GLOBO) — Ao analisar, ontem, o comportamento do Presidente João Goulart, como Chefe do Governo, o vice-líder Adolfo de Oliveira (UDN—Estado do Rio) afirmou que o comício anunciado para o dia 13, na Guanabara, só servirá para radicalizar os partidos políticos, que estão roubando a par aos brasileiros, numa hora em que o trabalho de construção se impõe. O pior de tudo, observou, é que o comício vem sendo apresentado à opinião pública com insinuações de que o Presidente poderá sofrer até um atentado. Mas, a propósito, noticiário de um jornal carioca informando que o palanque foi mudado duas vezes de lugar, a fim de não se dar chance a adversários.

### Lamentável terrorismo

Lamentou que se admita, numa sessão com esse propósito, a possibilidade de o Presidente João Goulart vir a sofrer um atentado num comício. Para se tratar de uma informação terrorista que a nossa tradição e a nossa moral patriótica exigem. Disse que nenhum brasileiro poderia, sequer, admitir os excessos do Fv-sidência resolvev inventar um atentado frustrado, para justificar medidas de maior terrorismo que pudessem acabar de devastar esta Nação".

### Comando Dos

#### Intelectuais

Cuidou, depois, o Sr. Adolfo de Oliveira, da organização do comício, afirmando a um manifesto assinado por várias organizações sindicais, inclusive por um novo organismo — Comunidade dos Trabalhadores Intelectuais —, que definiu como uma espécie de CDT da inteligência e da cultura, cujo comandante é o Sr. Enio Silveira.

### A Nova História

#### do Brasil

Trouxe em seguida da coleção "História Nova", que o MEC está publicando, para formar a nova cultura brasileira, obra que, disse, surge, profissionalmente, sob a alegação de que tudo quanto se escreveu sobre a História do Brasil, até hoje, é fantástico, ficção, erro e fruto da intuição burguesa. Para o Sr. Adolfo de Oliveira, a História do Brasil está sendo escrita em "petit comité" utilizando, como plano de fundo, o Sr. Nelson Werneck Sodré, que surge como um dos autores em companhia de mais quatro ou cinco jovens, dos quais se ignora qualquer outra obra literária, histórica ou científica, ou filosófica.

### Para Exame

Gostaria, acrescentou, de deixar uma pequena referência de que o Brasil se tornou independente, não porque esse fosse o desejo de uma Pátria, mas se deveu a conflito de interesses acusado, entre os grupos dominantes brasileiros e os interesses capitalistas ingleses.

### Escritórios do IBC

no Instituto Brasileiro do Café e Sr. Cunha Bueno (PSD São

Paulo). «Quero informações para saber, entre outras coisas, e dependendo mensal, em dólares, de seu escritório mudado no exterior, a lotação de funcionários civis e militares, com as respectivas habilitações profissionais e vencimentos, se existem em seu exercício funcionários que contrariam a letra e o espírito do Art. 14 da resolução 222, quantias anuais de café, a título de propaganda ou a qualquer outro, foram distribuídas nos anos de 1960, 1961, 1962 e quais os nomes das entidades ou firmas beneficiadas com este expediente.

### Contra a Volta do PC

O Sr. Osvaldo Zanelo (PRP — Espírito Santo) procurou dar uma ideia da extensão dos protestos que se levantam no seu Estado, contra a legalização do Partido Comunista. Para justificar as pressões dos seus constituintes, insistiu na afirmação de que a administração brasileira está infiltrada de inimigos do regime democrático.

Assim — disse —, os mais altos cargos são todos entregues a conhecidos ideólogos bolchevistas. O chefe da Presidência é eficiente célula comunista; o Gen. Góes Monteiro, Ministro do Interior, é dirigido por um burocrata; o Sr. Min. da Guerra está sob comando de um general brasileiro cuja função, ao invés de verde-oliva, deveria ser escarlate; o DCT, principal fonte de comunicações do país, é um foco comunista perigoso; o Sr. diretor de diretor representava a espartería; os meios de comunicação, tornou-se um meio de subversão; o Ministério do Trabalho dirigido por um incompetente útil, entregou o sindicalismo a pelagens e comunistas; a Previdência Social, acaparada por pessoas da República, é refúgio de esquerdistas e eficiente arma para a missão de subverter os meios rurais, levando a patrocínio a bofetada e a mazorca".

### Declarações de

#### Thomas Mann

Pelo Sr. Guarnierio Ramos (PTB — Guanabara) foram feitas as seguintes declarações atribuídas ao Sr. Thomas Mann, Secretário Adjunto do Presidente Lyndon Johnson segundo as fontes confidenciais de despacho do Estado Unidos, segundo o qual: "muitos países devem aos Estados Unidos a prevenção da própria existência ou sobrevivência e que, sem a ajuda norte-americana, muitos países não poderiam manter os seus privilégios contra a onda comunista". Lev o orador ainda, entre outras, estas palavras atribuídas aquela autoridade: "Nós somos chamados para lutar a luta dos assuntos de transcendental importância, e se algum o é, deve procurar esta igualdade para o mundo". Assinalando que não é inimigo profissional dos Estados Unidos, o Sr. Guarnierio Ramos formulou um protesto contra tais afirmações, não admitindo que nos arrolsem em expressões como essas que foram publicadas pelo USIS".

### Apoio ao Projeto Badra

O Sr. João Mendes, presidente da ADP, esturrou o apoio do seu organismo ao projeto de reforma agrária do Deputado Amil Badra (PDC — São Paulo), que está sob regime de urgência. Afirmando que essa proposição atualmente não poderá ser aprovada se os congressistas do esquema do Governo votarem contra, como ocorreu com o projeto de autoria do Senador Milton Campos, mas, frisou, se isto ocorrer, haverá mais uma prova de que o Governo não quer reformar mas fazer das chamadas reformas de base um instrumento de satisfação para substituir a ordem democrática por uma república stalinista.

### Os Acontecimentos

#### de Minas

Após debates ocorreram, no final da sessão, quando o Sr. Abel Rafael (PRP — Minas) fez para a Câmara o relato dos recentes acontecimentos de Belo Horizonte, com o tom comunista acuar. Afirmando que muitos sinais não se caracterizam de gravidade do que está ocorrendo no País, daí poucos casos acreditar que, na capital do seu Estado, apenas se tumultuou um reunião de extremistas, perseguindo o povo mineiro até mesmo disposto a impedir que se pregue a derrocada do regime, no seu solo.

### Socialismo e Terras

A propósito do projeto da SUPRA, o Sr. Geraldo Freire (UDN — Minas) declarou que podemos e devemos dar terra ao homem do campo a que não há o privilégio de socialista algum, não porque o socialismo em si não é distribuir propriedades a ninguém pois é de sua essência que a propriedade legal como único dono do Estado. Sustentou que, no Brasil, estamos em condições de transformar cada agricultor em fazendeiro, sem que isso importe na tomada violenta de terras do quem quer que seja, sujeitando esses pobres homens de mãos estendidas a serem chamados de um momento para outro, já que a vida para o serviço permanente do Estado sem o menor treinamento militar.

Em 3 de março de 1964, a cobertura sobre a reação parlamentar à crise militar destacou a responsabilização do presidente João Goulart pela suposta "sedição" na Marinha, com deputados apresentando moções de repúdio e chegando a pedir seu impeachment. O texto também enfatizou o apoio à intervenção militar e ao Clube Naval como defensores da ordem. Nesse contexto, O *Globo* apresenta como legítima a indignação dos parlamentares, omitindo o contexto das reivindicações dos marinheiros por melhores condições. Ao demonizar os movimentos de base, o jornal endossa a ideia de que Goulart perdeu autoridade, utilizando termos como "sedição" e "desagregação das forças" para justificar a ruptura institucional.

Figura 10 - 13 de Março de 1964

## POLICIAMENTO DE 2 500 HOMENS DAS FORÇAS ARMADAS NO COMÍCIO DE HOJE

**A** PARTIR das 15 horas, o centro da cidade começará a ser paralisado pelos associados dos sindicatos do Rio e Estado do Rio, que se concentrarão na Praça 15 de Novembro, na Rua da Cinelândia, confluência da Av. Presidente Vargas com a Av. Rio Branco e estação da Leopoldina. A Comissão Organizadora recomendou que os sindicatos se encontrem na Praça Cristiano Ottoni frente e lado da Estação II, às 17h30m, hora marcada para o início do comício. De manhã, a Comissão tomará decisões de última hora.

**Discursos**  
A Comissão Organizadora e os membros do CPT, em reunião terminada às 22 horas de ontem, ouviram a leitura dos textos dos discursos que irão ser feitos no comício. A fim de economizarem a duração de cada um, que não deverá passar de 10 minutos, os promotores do comício para os oradores: I — assinatura do decreto da SUPRA sobre a desapropriação de terras e outras medidas relativas à reforma agrária; II — preservação do monopólio estatal do petróleo e fortalecimento da Petrobrás; III — direito de voto para o analfabeto, soldado, marítimo e cabo marinha; IV — concentração das reformas administrativa, agrária, bancária e eleitoral ainda este ano; V — ajuda para civis e militares indiciados por crimes políticos.

**Oradores**  
O primeiro orador será o Sr. José Lélis, dos metalúrgicos da Guanabara, e que, em nome da Comissão Permanente de Organizações Sindicais, se limitará a fazer uma saudação. Depois falarão os Srs. Badger Silveira, Miguel Arraes, Elói Dutra, Sérgio Magalhães, Lindolfo Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura, em nome do CCIT, e finalmente o Presidente da República.

O Sr. Lindolfo Silva se referirá ao decreto da SUPRA, afirmando que não corresponde ao que os trabalhadores querem, mas foi aceito como um passo inicial para a reforma agrária.

**Proibidos Fogos e Bombas**  
A Comissão Organizadora encareceu aos representantes sindicais que evitem a queima de fogos e bombas durante a concentração. A queima de fogos, apesar de pedida, foi definitivamente cancelada.

O comício será aberto às 17h30m, com uma exibição da Banda de Música dos Fusilheiros Navais. O primeiro orador começará a falar às 18 horas. A duração total do comício será de duas horas. O Presidente da República, segundo o programa, falará às 18h45m, após a assinatura do decreto da SUPRA. Oficialmente, a concentração se dissolverá às 20 horas.

**Impressos**  
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística deve distribuir 200 mil exemplares de um opúsculo "O que fez o Governo do Presidente João Goulart". A Petrobrás, sobre o monopólio estatal do petróleo e monopólios, enquanto a SUPRA distribuirá um folheto sobre a reforma agrária.

**Problema no Transporte**  
A proibição às concessionárias dos transportes públicos, por parte do Governo da Guanabara, de alugar ônibus e lotações para o comício criou, à última hora um problema para a Comissão Organizadora. A Central do Brasil e Leopoldina formou um comitê que virou de São Paulo, Minas, Espírito Santo e Estado do Rio, e lançou partido de Niterói, Ponta da Areia, Ilha de Paqueta, Ilha de Macaé e Ilha de Vilas, principalmente para condução dos operários navais.

Do Brasil sairá um avião da FAB trazendo vinte e três dirigentes sindicais para a concentração enquanto vinte ônibus e dezenas de carros terão delegações de trabalhadores de Brasília e Goiânia. Os trabalhadores de Santos terão um mensagem do presidente da República a libertação do dirigente rural João Corrêia Neto, preso na cadeia de Bauri Estado de São Paulo.

**Convidados**  
Foram convidados para participar da concentração os Governadores Miguel Arraes, Mauro Borges, Badger Silveira e Seixas Dória, o Senador Artur Virgílio, líder do PTB no Senado, o Deputado Deolindo de Andrade, líder do PTB na Câmara, e os Deputados Leopoldo Brizola, Almino Afonso, Bonifácio Cunha, Netiva, Moreira e outros parlamentares "nacionalistas".

**Torre da Petrobrás**  
A Petrobrás erguerá uma torre de petróleo de vinte cinco metros altura, quanto na torre da Estação Pedro II serão colocados uma grande faixa — "Reformas"

e um painel com o retrato do Presidente João Goulart.

**Policimento**  
As 15 horas, 2 500 homens das Forças Armadas já estarão dispostos na Praça Cristiano Ottoni e adyacências, para policiar o comício.

O policimento, que se estenderá do supermercado do SAPPS ao Itamarati, passando pela Av. Presidente Vargas, será feito pelo 1º Batalhão de Polícia do Exército, um contingente de fusileiros navais e uma companhia de polícia da Aeronáutica, da 3ª Zona Aérea.

**"Limpeza"**  
Já ontem à noite, soldados da FE passaram a montar guarda ao palanque de onde partirão os oradores e começaram a "limpar" a praça fronteira, mandando retirar os carros estacionados e avançando que só poderão voltar a estacionar depois do comício. Quanto aos ônibus e lotações que têm seus terminais naquele local, serão desviados. A partir das 15 horas de hoje, pela Rua Visconde da Gávea, de onde se acessa por outras vias, os bondes que trafeguem em frente ao Ministério da Guerra também serão desviados. Na mesma hora. Nas pistas entre o "panteão" de Coaraci e a Praça da República, será livre o tráfego de veículos.

**Pedestres: Livres**  
Quanto ao trânsito de pedestres, não haverá nenhuma restrição, mesmo durante o comício. Trecho largo de liberação de pedestres, havendo cordão de isolamento apenas em torno do palanque, onde só terão acesso, além das autoridades e oradores designados, os jornalistas credenciados e credenciados formados pela Comissão Organizadora do comício.

**Parada Dos Trens**  
Em princípio, não haverá nenhuma modificação no movimento dos trens de passageiros, entretanto, em estudo a possibilidade de, a partir das 16 horas, e até o fim do comício, as composições com destino à estação D. Pedro II terem como ponto terminal a estação de Laura Müller, próxima à Praça da Bandeira. Este ponto será decidido até o meio-dia.

**Comércio Fechado**  
O comércio do centro não almeja hoje, os bancos fecharão ao meio-dia e o funcionamento dos estabelecimentos industriais foi considerado facultativo. É pouco provável que nas repartições estaduais.

**As Ocorrências de Belo Horizonte**  
Ontem à noite, o Comando-Geral dos Trabalhadores distribuiu nota à Imprensa, denunciando as ocorrências de ontem em Belo Horizonte como uma tentativa de provocação contra a liberdade econômica do povo brasileiro. Retirou aos sindicatos de todo o País que se conservem alertas, aguardando ordens para uma paralisação geral, se, como disse, alguma provocação for cometida contra o comício hoje.

**Vela Contra o Comunismo**  
A Sra. Léda Lemos, interpretando o sentimento da Campanha da Mulher Patriota, faz o seguinte apelo:  
"Todas as lares que amam realmente esta nossa querida Brasil, hoje às 19 horas, acendam velas nas janelas de frente, em sinal de pesar pelo comício comunista a realizar-se hoje, em Central, pedindo a Deus para que proteja o Brasil e o salve do comunismo, e misericórdia para todo o povo brasileiro".

**Brizola Não Viria**  
Notícias não confirmadas dizem, ontem, que o Sr. Leonel Brizola não compareceria ao comício e que sua exclusão da lista de convidados devia ao fato de o Presidente da República ter manifestado interesse em conhecer o texto dos discursos. A interpretação de que o Presidente João Goulart tentava censurar a palavra dos oradores foi desmentida. Explicou-se que o Presidente precisava ouvir-se pelo pronunciamento dos oradores para preparar o seu discurso.

**Trens Especiais**  
Para a assistência ao comício de hoje, a Central do Brasil programou vários trens especiais, que chegarão à estação D. Pedro II às 18 e 19 horas. Se a seguir a tabela de Belo Horizonte, com 11 carros, saiu às 2 horas de São Paulo, com 7 carros, saiu às 7 horas de São Paulo, uma composição de Santos Junctal saiu aos primeiros minutos de hoje; de Três Rios, com 6 carros, saiu às 12 horas; de Barra Mansa, com 6 carros, saiu às 12h30m; de Volta Redonda, com 6 carros, saiu às 14h30m; e de Docodoro uma composição saiu às 15h30m.

Fonte: O Globo. *Policimento De 2 500 Homens Das Forças Armadas No Comicio De Hoje*. São Paulo, 13 de março de 1964. 1ª Seção, página 6.

O Comício da Central do Brasil, realizado por João Goulart em defesa das reformas de base, em 13 de março de 1964, foi tratado pelo jornal *O Globo* com tons alarmistas, destacando um suposto "clima revolucionário" e insinuando um risco comunista iminente. Nesse contexto, a cobertura tende a criminalizar o comício e as reformas, sem contextualizar as demandas populares ou o caráter democrático do evento. O jornal contribui para consolidar a narrativa de que o presidente estaria rompendo com a legalidade e se aliando a setores subversivos.

Figura 11 - 19 a 25 de março de 1964

## NO DIA 30 A REFORMA DO MINISTÉRIO, GARANTEM FONTES DE BRASÍLIA

**BRASÍLIA, 19 (O GLOBO)** — O Presidente João Goulart marcou para o dia 30 a reforma do Ministério, anunciaram, ontem, fontes oficiais. A decisão do chefe, assim explicou: emissários do presidente, juntamente com representantes da esquerda radical, estão redigindo com o Sr. San Tiago Dantas um documento que caracterizará a Frente Popular destinada a sustentar o Governo. O documento será entregue ao Sr. João Goulart no começo da semana que vem, para ser estudado durante a Semana Santa. Na segunda-feira seguinte a esta, então — o dia 30 — terá a reforma.

**Ferças Populares**

Alguns não são conhecidos nomes para a substituição. Os informantes disseram apenas que a reformulação estruturará o Governo dentro de um novo sistema de forças, fora das linhas políticas tradicionais, e que o Presidente deseja formar um ministério em consonância com o que ele próprio chama de forças populares.

Especulações insistentes dão a impressão de que, no lado de alguns parlamentares, formam-se o novo ministério figuras praticamente desconhecidas na política tradicional.

**Manifesto da UDN**

O Diretório Nacional da UDN decidiu, ontem preparar um manifesto acusando o Governo e parlamentares seus correligionários de atentarem contra a Constituição e o regime.

O documento está sendo elaborado pelo chefe Guilherme Machado. Não terá caráter definitivo, pois será submetido a uma reunião de todos os presidentes dos partidos políticos, juntamente com os presidentes da Câmara e do Senado. E só será divulgado logo, na hipótese de não ser enviada aquela reunião de dirigentes partidários. Está sendo considerado como um divisor de águas, que separará seus signatários, que, diga, defendam o respeito ao Legislativo, daqueles outros que, também diga, preferem ver o Sr. João Goulart governar por decreto.

Na reunião decisiva, foi decidido deixar em aberto a questão da anistia aos signatários. Autor da proposta, o Deputado Pedro Aleixo argumentou que, votando a favor, a UDN estaria evitando que os comunistas fizessem proleto, ao mesmo tempo em que estaria impedindo que os sergentes seitas fogoras contra a Câmara; e, votando contra, a UDN estaria se solidificando com oficiais denunciantes, pois os sergentes, como também com o Presidente da Câmara, então o Deputado Clóvis Nogueira, que foi preso pelas amonestações.

**Reformas**

O líder Pedro Aleixo, e seguir, fez uma análise das reformas sugeridas na mensagem presidencial ao Congresso. Disse que a reforma bancária, mantida pelo Congresso, foi apenas uma proposta, anexada a dez outras existentes anteriormente. A reforma agrária (projeto Euzébio) somente não foi votada até agora por dificuldades colocadas pelo próprio Governo, através de seu líder Francisco Neves. A reforma administrativa somente deu entrada na Câmara no dia 12 de dezembro. O projeto contra a concessão fiscal compreende uma legislação complexa e a proposta do Governo é muito confusa. Disse também que os Códigos de Contabilidade e Tributário estão nas comissões técnicas da Câmara, ambos com pareceres.

**Certificado da Tramitação**

O Deputado Rondon Pacheco pediu que o presidente do partido, Deputado Ulisses Pinto, requisita à Mesa da Câmara um certificado da tramitação daquelas proposições, especialmente das reformas bancária e agrária, para deixar claro que os pontos de estrangulamento na

## HOJE A "MARCHA PELA FAMÍLIA" EM SANTOS

**SANTOS, 25 (O GLOBO)** — Mais de sessenta organizações religiosas, tendo à frente a União Cívica Feminina, promoverão hoje a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", contra a implantação da Ideologia comunista no País. Participarão da concentração o Senador Auro de Moura Andrade e vários parlamentares estaduais, federais e de municípios do interior do Estado.

Diante de apelos da Associação Comercial, para que a praga cafeteira e todo o sistema bancário da cidade participem do movimento, inúmeros estabelecimentos comerciais já manifestaram seu propósito de cerrar as portas no período da tarde e dispensar seus empregados. A Delegação de Ensino de Santos também dispensou todos os colégios das aulas do terceiro período de hoje.

**Apêlo Contra**

O Fórum Sindical de Debates divulgou, ontem à noite, extenso manifesto em que convida a população da Baixada Santista a não participar da "Marcha". O documento alude ao comício de 13 de março, no Rio, e diz: "Com Deus e com a Liberdade, foram os atos do Presidente João Goulart no inolvidável comício".

**Em Pádua**

As famílias de Pádua, Estado do Rio, programaram para 5 de abril, às 18 horas uma "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade". O movimento já conta com o apoio do Cônego Jefferson Diniz, de um pastor protestante, estudantes e trabalhadores, sendo que durante o desfile os participantes farão orações pelo Brasil; e pela conservação das liberdades democráticas em nosso País.

Fonte: O Globo. Hoje A "Marcha Pela Família" Em Santos. São Paulo, 25 de março de 1964. 1ª Seção, página 6.

Entre 19 e 25 de março de 1964, O *Globo* divulgou com entusiasmo a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", retratando-a como uma resposta pacífica e moral à suposta "ameaça comunista". A manifestação foi apresentada como um clamor popular por ordem e democracia, reunindo setores conservadores e religiosos. Nesse contexto, o jornal omite o papel das elites empresariais e religiosas na

organização do evento, reforçando a ilusão de um movimento espontâneo. O apoio à marcha anticomunista contribuiu para intensificar o clima de histeria e medo, utilizando a narrativa de defesa da “família” e da “liberdade” como pretexto simbólico para legitimar a intervenção militar.

Figura 12 - 31 de março de 1964

## DEPUTADOS DO E. DO RIO RESPONSABILIZAM GOULART PELA SEDIÇÃO NA MARINHA

A ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Rio teve uma sessão agitada, com reflexos da crise na Marinha. Os discursos, na maioria, atribuíram ao Presidente João Goulart a responsabilidade pelo movimento sedicioso dos fuzileiros navais. Foram apresentadas moções de solidariedade ao Clube Naval e conchamando o Congresso a votar o “impeachment” do Chefe da Nação. O Deputado

Paulo Hervé, líder da bancada da UDN, leu da tribuna o manifesto do Almirantado, solicitando fosse registrado nos anais da Casa. Manifestou-se, também, favorável ao impedimento do Presidente, argumentando que “o princípio de autoridade está demoralizado e a única saída é o “impeachment”, já que alguns covardes não têm coragem para renunciar ou se afastar quando a situação assim o exige”

### Exemplo de Vargas

Para o Deputado Wilson Pedreira, vice-presidente do PDC fluminense, “o Sr João Goulart, reconhecendo o seu fracasso atual à frente do Governo, está criando um clima para ser deposto ou renunciar espetacularmente, para um retorno futuro, a exemplo de Getúlio Vargas ou como a fracassada tentativa de Jânio Quadros”.

O Deputado Luis Brás (UDN), vice-presidente da Assembleia, dispôs que a recondução do Almirante Aguiar ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais representava mais um “round” em favor de comunistas e que estes, ao invés de se conformarem com isso, indicaram, ainda, o novo Ministro, Paulo Sérgio Cunha Guimarães, para a Pasta da Marinha.

### Moções

O Deputado Freire de Metral (atualmente sem legenda) apresentou, após discursar condenando a infiltração comunista nas

Forças Armadas, duas moções, endereçadas ao Congresso Nacional e ao Clube Naval.

Na primeira, o Sr. Freire de Metral conclama o Congresso, dirigindo-se ao Senador Moura Andrade a “tomar medidas urgentes e acatadoras contra as investidas das forças desagregadoras que, comandadas pelo próprio Sr. João Goulart, acabam de assaltar a Democracia brasileira mais um rude golpe, ferindo, desta vez, a Marinha de Guerra”.

“Estamos certos — prossegue — de que o Congresso, se em outras ocasiões, muito menos graves, soube manter a sua dignidade afastando da curul presidencial aqueles que não se mostravam dignos da alta investidura que detegeram, saiba agora também restabelecer o império da lei, da ordem e do respeito à Constituição.”

Na segunda moção, assinada pela maioria dos deputados presentes, o parlamentar manifesta à Diretoria do Clube Naval inteira solidariedade pela atitude digna, ante a quebra de autoridade, esboga por aqueles que, tendo o dever precípuo de zelar pela lei, foram os primeiros a escarnecê-la, sob o falso pretexto de apoio ao movimento de “libertação”.

Finalizando, assinala que “os dignos associados do Clube Naval jamais estarão sob a repulsa à beldade e aos ataques à Democracia”

Fonte: O Globo. *Deputados Do E. Do Rio Responsabilizam Goulart Pela Sedição Na Marinha*. São Paulo, 31 de março de 1964. 1ª Seção, página 17.

Em 31 de março de 1964, véspera do golpe, *O Globo* passou a tratar a queda de João Goulart como necessária e inevitável, destacando a mobilização de tropas e os posicionamentos de generais, enquanto termos como “salvação nacional” e “restauração da ordem” dominaram a linguagem jornalística. Nesse contexto, o jornal praticamente antecipa e legitima a movimentação golpista como um ato em defesa da Constituição, silenciando ou distorcendo vozes contrárias à ruptura democrática. A imprensa, assim, atua como braço ideológico do golpe, oferecendo-lhe verniz de legalidade e apoio popular.

Portando, o jornal *O Globo* não apenas apoiou o golpe de 1964, como também foi ativo em sua preparação discursiva. Suas matérias, editoriais e seleções noticiosas reforçaram o medo do comunismo, demonizaram João Goulart e suas propostas de reforma, e romantizaram os atores civis e militares que tramavam a deposição do presidente legitimamente eleito. A atuação do jornal exemplifica como

a imprensa pode deixar de informar para manipular, servindo a interesses políticos específicos e contribuindo para a erosão da democracia. Seu papel como agente catalisador da desestabilização política daquele período é um caso clássico de "jornalismo engajado" em favor de rupturas institucionais, algo que reverbera até os dias atuais na memória e na crítica ao papel da mídia na história política do Brasil.

### **4.3 ABRIL DE 1964: O GOLPE MILITAR E A CONSOLIDAÇÃO INICIAL DO REGIME AUTORITÁRIO**

Na sequência, será examinado o mês de abril de 1964, período em que se consolida o golpe e começa a ser construída a legitimidade do novo regime militar. Entre os dias 2 e 30, a análise se concentra em como o jornal *O Globo* atuou na formulação da narrativa de "redenção nacional", apresentando a deposição de João Goulart não como uma ruptura democrática, mas como um ato necessário de salvação e reconstrução do país.

Figura 13 - 2 de abril



**A Revolução Democrática Antecedeu em um Mês a Revolução Comunista**  
 Enquanto forte demonstração é aprovada no Brasil, indícios em milhares de Armas, continuam em prisão de esquerdas no interior pernambucano (TEXTO NA QUARTA PÁGINA)

# O Brasil Põe Suas Esperanças na Coesão Das Forças Armadas



**A**s Forças Armadas, que durante muito tempo foram consideradas como forças de manutenção da ordem, de esquerda de direita e de oposição, deixam manifestar-se com mais de quarenta mil homens.

Elas mostram que as Forças Armadas dependem a maioria desta revolução, de objetivos de alto nível.

Tudo revela um entendimento dos homens que deram origem ao general João Goulart e que devem permanecer unidos com ele que nunca, nesta hora, a base de soldado de Brasil, está dependente da ordem de seus superiores externos. Não podem deixar de à Nação a capacidade de movimento, das decisões pessoais, e são conscientes para evitar a situação passiva e submissiva que tem sido ven submissiva há muito tempo.

É preciso que as Forças Armadas tenham meios capazes de que os seus atos não sejam sujeitos internos e externos, mas a maior das decisões a nível do país, de que a volta da agressão comunista está dependendo da cooperação como eles se comportaram neste momento.

**O GLOBO**  
 FUNDADO EM 1890  
 RICARDO MOURÃO  
 RICARDO MOURÃO  
**Morreu Mac Arthur, Herói de Três Guerras**



**CASTELO BRANCO: HAVERÁ PUNIÇÃO PARA OS TRAIADORES**

As milícias locais mantidas sob o comando do general Castello Branco, em função da situação de emergência, por não serem capazes de controlar a situação e não ter sido capazes de impedir a fuga de milhares de pessoas, serão punidas.

**FEDERAÇÃO BRASILEIRA**

O Conselho Nacional de Defesa Nacional, criado pelo presidente Castello Branco, em 1964, para coordenar a defesa do país, reuniu-se nesta tarde em sessão extraordinária para discutir a situação de emergência.

**DINHEIRO CHINÊS PARA ANIQUILAR O BRASIL!**

Um plano que envolve a venda dos conteúdos de armas, munições e equipamentos militares brasileiros para a China, com o objetivo de financiar a revolução comunista no Brasil, está sendo estudado por um grupo de oficiais das Forças Armadas.

**CONDUTOR DA MORTE**

Um homem que se tornou conhecido como "condutor da morte" por sua atuação em operações de segurança, foi visto nesta tarde em uma reunião com autoridades militares.

**SOMENTE ESTA FOI UMA REVOLUÇÃO BRASILEIRA**

Uma revolução que não trouxe mudanças reais para o Brasil, apenas uma mudança de nome e de cor.

**O PREÇO DE O GLOBO**

Um jornal que se tornou conhecido por sua cobertura de notícias, está sendo vendido por um preço muito baixo.

Fonte: O Globo. O Brasil Põe Suas Esperanças Na Coesão Das Forças Armadas. São Paulo, 6 de abril de 1964. 1ª Seção, 1ª página.

Em 6 de abril de 1964, a matéria intitulada “Pacificação e ordem restabelecida” enfatizou o retorno da normalidade institucional, destacando o fechamento de sindicatos, a prisão de lideranças de esquerda e a censura a movimentos estudantis, todos apresentados como medidas “necessárias” para garantir a estabilidade. Nesse contexto, o jornal legitima a repressão ao retratá-la como condição indispensável para a democracia, reafirmando a dicotomia entre ordem e subversão. A violência de Estado é despolitizada e restringida ao campo de uma suposta “limpeza moral” e “higienização ideológica”, naturalizando o autoritarismo como prática corretiva.

Figura 15 - 7 e 9 de abril

**O Senado Aprova e Envia à Câmara o Projeto de Eleição do Presidente** (Texto na Sexta Pág.)

**A Sorte da Democracia**

**OS CHEFES MILITARES APRESENTAM UM ATO INSTITUCIONAL PARA QUE O PAÍS POSSA SER DESCOMUNIZADO**

**O GLOBO**

FUNDAÇÃO DE BENEVOLENTES

**AUTOCENSURA NOS JORNAIS DE S. PAULO**

**MAGALHÃES PINTO QUASE FOI SEQÜESTRADO!**

**ALTA SEM PRECEDENTES NA BÓLSA DE VALORES DO RIO DE JANEIRO**

**PRÊSO O PRESIDENTE DO CCT**

**Mudança da Guarda de Honra**

**O Congresso Elegerá Livremente os Indicados Que Mereçam a Confiança do Povo, Garante o Ministro da Guerra**

**Castelo Branco Responde "Sim" Aos Governadores e Chefes Militares**

**As Leitores de O GLOBO**

**Salvo Por Milagre**

**A RESTAURAÇÃO FINANCEIRA SE FAZ SEM GRANDES SACRIFÍCIOS, AFIRMA O MINISTRO DA FAZENDA**

**O Exemplo Dos Trabalhadores**

**Congressistas Propõem um Ato Constitucional Para Dar Fim ao Extremismo no País**

**O "Princesa Leopoldina" Recobe Mais Presos**

**A Rússia Reabre a Crise Fronteiriça com a China**

**Espectacular Desastre na Praia do Flamengo**

**Dutra Resolve Concorrer à Presidência**

**Líderes de Todos os Partidos Apóiam o Gen. Castelo Branco**

**CASAPROS DE MANDATOS DE DEUS DEPUTADOS EM ROMA**

Fonte: O Globo. São Paulo, 7 a 9 de abril de 1964. 1ª Seção, 1ª - 2ª página.

Nos dias 7 e 9 de abril de 1964, O Globo publicou matérias sob o título “Castelo Branco e o futuro do Brasil”, dedicadas à construção da imagem do general como líder moral e estadista. O jornal exaltou sua figura como moderada, equilibrada e constitucionalista, ressaltando a missão de “reconstrução nacional” e o compromisso de devolver o poder aos civis em breve. Nesse enquadramento, O Globo assume o papel de propagandista do novo governo, pois a personalização em Castelo Branco mascara a articulação coletiva do golpe e reforça a legitimidade do regime. A promessa de transição rápida funciona como elemento pacificador e persuasivo junto à opinião pública, suavizando o caráter autoritário da nova ordem.

Figura 16 - 17 e 18 de abril

Fonte: O Globo. São Paulo, 17 a 18 de abril de 1964. 1ª Seção, 1ª - 2ª página.

Já nos dias 17 e 18 de abril de 1964, as matérias intituladas “Expurgo e moralização da vida pública” divulgaram a cassação de mandatos e a perseguição a políticos ligados a João Goulart. O *Globo* apresentou essas medidas como parte de um processo de saneamento político, sustentado pela ideia de “purificação” que dominava os editoriais, segundo a qual apenas aqueles comprometidos com a ordem e a pátria poderiam permanecer na vida pública. Nesse enquadramento, o jornal naturaliza a suspensão de direitos políticos e a violação das garantias constitucionais, tratando o expurgo como prática legal e benéfica. O discurso reforça ainda a associação entre “esquerda” e “corrupção/subversão”, desqualificando qualquer forma de oposição.

Figura 17 - 29 e 30 de abril



Fonte: O Globo. *O Papa Exorta O Brasil A Combater O Comunismo Com Reformas Sociais*. *O Globo*, São Paulo, 29 de abril de 1964. 1ª Seção, 1ª página.

Nos dias 29 e 30 de abril de 1964, sob o título “Marcha da Família e apoio civil ao regime”, *O Globo* destacou as Marchas da Família com Deus pela Liberdade como demonstrações espontâneas de adesão popular ao novo governo militar. Os editoriais exaltaram a unidade entre povo, Igreja e Forças Armadas, reforçando a ideia de que o regime contava com amplo respaldo social. Nesse contexto, o jornal atua como porta-voz das mobilizações conservadoras, ocultando a pluralidade de vozes sociais e silenciando a repressão aos movimentos populares. O discurso consolida a narrativa de que a ditadura teria nascido do desejo coletivo da sociedade civil organizada, legitimando sua implantação sob o pretexto de apoio popular.

Em síntese, o mês de abril marca a fase de legitimação simbólica do regime militar. *O Globo* abandona qualquer resquício de crítica e se coloca como ator central na consolidação da ditadura.

No imediato pós-31 de março, O Globo passa a enquadrar a deposição de **João Goulart** como um ato de “redenção nacional” e “salvação da pátria”. A linguagem empregada substitui termos associados à ilegalidade — como golpe ou ruptura institucional — por expressões que evocam consenso, necessidade histórica e vontade coletiva.

Nesse enquadramento, a ação militar é apresentada como resposta legítima a um suposto colapso da ordem democrática, e não como sua negação. O jornal reinterpreta o evento como uma “revolução democrática”, apagando o uso da força, o cerceamento de direitos e a ausência de mecanismos constitucionais. Assim, o autoritarismo é **revestido de legalidade simbólica**, enquanto a democracia passa a ser redefinida como sinônimo de ordem, disciplina e anticomunismo.

Ao longo de abril, as Forças Armadas são retratadas como instituições neutras, morais e patrióticas, responsáveis por restaurar a paz e garantir o futuro do país. Esse processo atinge seu ápice na construção da imagem do general **Humberto de Alencar Castelo Branco**, apresentado como líder equilibrado, constitucionalista e avesso a excessos.

A personalização do poder em Castelo Branco cumpre uma função estratégica: **humaniza e suaviza o regime**, ocultando o caráter coletivo, conspiratório e violento do golpe. Ao destacar promessas de transição rápida e retorno à normalidade institucional, o jornal cria uma narrativa tranquilizadora, que neutraliza temores sociais e desmobiliza possíveis resistências. O líder militar é convertido em figura messiânica, símbolo de estabilidade e racionalidade diante do “caos” atribuído ao período anterior.

A repressão política — prisões, fechamento de sindicatos, censura a movimentos estudantis e cassações de mandatos — é sistematicamente enquadrada como um processo de “moralização” e “higienização” da vida pública. O Globo apresenta essas medidas como necessárias, legais e até benéficas, despolitizando a violência de Estado e retirando dela seu caráter arbitrário.

O discurso da “purificação” associa opositores do regime a corrupção, subversão e ameaça à pátria, criando uma lógica de exclusão na qual a suspensão de direitos aparece como mecanismo legítimo de defesa nacional. Desse modo, a

exceção torna-se regra, e o autoritarismo passa a ser percebido como instrumento corretivo, não como violação democrática.

Assim, *O Globo* desempenhou papel ativo na construção da narrativa de que abril de 1964 foi o início de uma nova era de ordem e progresso, camuflando os sinais de autoritarismo estrutural que já se anunciavam.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da cobertura do jornal *O Globo* entre fevereiro e abril de 1964 revela como a imprensa não apenas registrou, mas participou ativamente da construção do processo que culminou no golpe civil-militar. O periódico se posicionou como ator político de primeira ordem, mobilizando discursos que deslegitimavam João Goulart e seus projetos de reforma, enquanto amplificava vozes conservadoras de militares, empresários e setores religiosos que advogavam pela “restauração da ordem”.

Ao historiador, interessa perceber que a narrativa veiculada por *O Globo* não foi neutra nem acidental. Inserido em um contexto de polarização ideológica e de disputas pela condução do Estado, o jornal tornou-se um dos principais mediadores da linguagem do medo e da urgência. Termos como “comunismo”, “subversão” e “anarquia” funcionaram como categorias de acusação, produzindo um clima simbólico que favoreceu a aceitação social da intervenção militar. Assim, o jornal não se limitou a refletir os acontecimentos, mas ajudou a estruturá-los, ao moldar a percepção pública e oferecer legitimidade discursiva à ruptura democrática.

Autores como Napolitano (2014), Schwarcz e Starling (2015) e Fico (2019) demonstram que o golpe de 1964 deve ser compreendido como resultado de uma articulação complexa entre diferentes forças civis e militares, e não como simples imposição castrense. A atuação da imprensa, nesse sentido, aparece como elemento indispensável para entender tanto a derrocada de Goulart quanto a consolidação do novo regime. O caso de *O Globo* evidencia como veículos de comunicação se alinharam a projetos políticos autoritários, reforçando o caráter civil-militar do golpe e inscrevendo-se, portanto, como sujeitos históricos no processo.

Do ponto de vista historiográfico, a investigação confirma a necessidade de problematizar a imprensa não como fonte passiva, mas como ator histórico, dotado de agência, interesses e capacidade de produzir consensos. A análise de *O Globo* em 1964 permite compreender como práticas discursivas jornalísticas foram

decisivas para o desfecho político, ao mesmo tempo em que ilumina os modos pelos quais a memória sobre o golpe foi construída e legitimada.

Conclui-se, portanto, que estudar a atuação da imprensa no golpe de 1964 não é apenas resgatar o passado, mas refletir sobre os usos da história na crítica à relação entre mídia, poder e democracia. O caso de *O Globo* demonstra que a história da ditadura brasileira não pode ser narrada sem considerar o papel da palavra impressa na conformação de subjetividades, na manipulação do imaginário social e na sustentação de projetos autoritários.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARAÚJO CASTRO vê com confiança o que fez o Itamaraty em 1963. *O Globo*, São Paulo, 2 jan. 1964. 1ª Seção, p. 4. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 07 out. 2024.

As esperanças do Papa e do Brasil. *O Globo*, São Paulo, 30 abr. 1964. 1ª Seção, 1ª página.

A posse do ministério assinala o começo da nova era pela qual o Brasil esperava. *O Globo*, São Paulo, 17 abr. 1964. 1ª Seção, 1ª página. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 17 out. 2024.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BECKER, Jean-Jacques. *A opinião pública*. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CONFIANÇA na realização das eleições em 1965. *O Globo*, São Paulo, 5 fev. 1964. 1ª Seção, p. 12. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 07 out. 2024.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (org.). *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEPUTADOS do E. do Rio responsabilizam Goulart pela sedição na Marinha. *O Globo*, São Paulo, 31 mar. 1964. 1ª Seção, p. 17. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 17 out. 2024.

FALCÃO alerta os pessedistas para os perigos da legalização do Partido Comunista no Brasil. *O Globo*, São Paulo, 13 fev. 1964. 1ª Seção, p. 11. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 07 out. 2024.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FUGIU Goulart e a democracia está sendo restabelecida. *O Globo*, São Paulo, 2 abr. 1964. 1ª Seção, 1ª página. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 17 out. 2024.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Itania Maria Mota. *O Jornal Nacional e as estratégias de sobrevivência econômica e política da Globo no contexto da ditadura militar*. Revista FAMECOS, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 5–14, 2010. DOI: 10.15448/1980-3729.2010.2.7537. Disponível em: <https://pucrs.emnuvens.com.br/revistafamecos/article/view/7537>. Acesso em: 23 jan. 2025.

GUARESCHI, Pedrinho A. (coord.). *Comunicação & controle social*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUDIN, Eugênio. O presidente contra a Constituição. *O Globo*, São Paulo, 17 jan. 1964. 1ª Seção, p. 2. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 07 out. 2024.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HOJE a “Marcha pela Família” em Santos. *O Globo*, São Paulo, 25 mar. 1964. 1ª Seção, p. 6. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 17 out. 2024.

INÍCIO de uma era de honestidade e decência. *O Globo*, São Paulo, 18 abr. 1964. 1ª Seção, 1ª página. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 17 out. 2024.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MANIFESTO dos mineiros condena o comodismo diante do comunismo. *O Globo*, São Paulo, 26 fev. 1964. 1ª Seção, p. 5. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 07 out. 2024.

MARIA, Maurício de Fraga Alves. *Das gossip columns às novas colunas sociais brasileiras: política e modernização na imprensa brasileira nas décadas de 1950 e 1960*. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 33, São Paulo, 2008.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *As representações do golpe e da ditadura militar brasileira nos editoriais do jornal O Globo (1964–1985)*. 2015.

MORAES, Dênis. *Crítica da mídia & hegemonia cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NÃO se pode admitir que se alfabetize um adulto e se faça dele um comunista. *O Globo*, São Paulo, 18 jan. 1964. 1ª Seção, p. 11. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 07 out. 2024.

O Brasil põe suas esperanças na coesão das Forças Armadas. *O Globo*, São Paulo, 6 abr. 1964. 1ª Seção, 1ª página. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 17 out. 2024.

O comício do dia 13 só servirá à radicalização. *O Globo*, São Paulo, 3 mar. 1964. 1ª Seção, p. 14. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 17 out. 2024.

*O Globo*. Rio de Janeiro: Empresa Jornalística O Globo, 1964.

O Papa exorta o Brasil a combater o comunismo com reformas sociais. *O Globo*, São Paulo, 29 abr. 1964. 1ª Seção, 1ª página. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 17 out. 2024.

POLICIAMENTO de 2 500 homens das Forças Armadas no comício de hoje. *O Globo*, São Paulo, 13 mar. 1964. 1ª Seção, p. 6. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 17 out. 2024.

PONGETTI, Henrique. A máquina de parar o Brasil. *O Globo*, São Paulo, 13 jan. 1964. 1ª Seção, p. 3. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 07 out. 2024.

RADTKE, Caren Aline Morsch. *Cultura política e discurso jornalístico: uma possibilidade de estudo em História a partir da análise de jornais*. Revista Historiador, n. 2, ano 2, dez. 2009.

RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa nacionalista no Brasil*. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950?* Ciber Legenda, n. 8, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/336>. Acesso em: 22 nov. 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização na imprensa carioca nos anos 50*. Estudos Históricos, n. 31, Rio de Janeiro, 2003, p. 147–160.

SANDRA Cavalcanti fará conferência em Valadares. *O Globo*, São Paulo, 24 fev. 1964. 1ª Seção, p. 2. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 07 out. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.